



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

LARYSSA SANTANA GONÇALVES

**ORÇAMENTO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DE RECURSOS
FINANCEIROS NO TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO NAS OSCIP DO
SEMIÁRIDO DA PARAÍBA**

**SOUSA - PB
2008**

LARYSSA SANTANA GONÇALVES

**ORÇAMENTO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DE RECURSOS
FINANCEIROS NO TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO NAS OSCIP DO
SEMIÁRIDO DA PARAÍBA**

**Monografia apresentada ao Curso de
Ciências Contábeis do CCJS da
Universidade Federal de Campina
Grande, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharela em
Ciências Contábeis.**

Orientadora: Professora Ma. Lúcia Silva Albuquerque.

**SOUSA - PB
2008**

LARYSSA SANTANA GONÇALVES

**ORÇAMENTO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DE RECURSOS
FINANCEIROS NO TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO NAS OSCIP DO SEMI-
ÁRIDO DA PARAÍBA**

Esta Monografia foi julgada adequada para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PB).

Presidente: Lúcia Silva Albuquerque (Orientador)
Prof^ª. Msc. – UFCG

Membro: Fábio José Lira dos Santos
Prof. Esp. – UFCG

Membro: Harlan de Azevedo Herculano
Prof. Msc. – UFCG

Sousa (PB), 03 de dezembro 2008.

Dedico esse Trabalho

Aos meus amados pais: Francisco Gonçalves Sobrinho e Maria de Lourdes Santana Gonçalves pelo incentivo e apoio dedicados a mim ao longo da minha vida acadêmica.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela dádiva da vida.

Ao meu pai, pelo carinho e amor infinito.

A minha mãe, minha grande incentivadora, pelos conselhos, orações e carinho.

A minha estimada tia Raimundinha, minha segunda mãe, pela preocupação e acolhimento quando mais precisei.

Minhas irmãs, Vanessa, Giselle e Cibelle pela paciência e dedicação.

A Lúcia minha querida orientadora pelas horas de atenção, e pelos dias de sábado dedicados a compartilhar seus conhecimentos comigo.

A todos os professores pelos valiosos ensinamentos, hoje levo muito de vocês comigo e deixo um pouco de mim em vocês.

As funcionárias da UFCG, Dála e Elisângela, pelo carinho e atenção sempre.

A Gabriella Holanda pelo presente de sua amizade, pelo apoio, carinho e presteza.

Aos meus colegas de faculdade, pelo apoio e incentivo sempre. Em especial Alex, Alison Marques, Anderson Estrela, Danuza, Eugênia, Francisco Alison, Fabiano, Jacinto, Lamarck, Nadjanny e Yuri. Vou guardá-los para sempre no meu coração.

Ao meu amigo Rafael Linhares (*in memoriam*), que no começo de tudo foi o primeiro a me incentivar, sempre disponível e atencioso.

Aos meus grandes amigos Amanda, Anderson Albuquerque, Djanielson, Gianni, Heverton, Luana, Mônica, Suiane e Victor, que me apoiaram nos momentos difíceis, souberam compreender minhas ausências e acreditaram junto comigo na concretização desse objetivo. Os amigos são a família que Deus nos permite escolher.

Aos colegas do Banco Real pelo crédito do início da minha trajetória profissional e pelo incentivo ao meu crescimento intelectual.

Enfim, agradeço a todos que fazem ou fizeram parte da minha vida e que, de alguma forma, contribuíram para a realização desse sonho. A todos agradeço, com muito amor e carinho.

“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota”.

(Madre Teresa de Calcutá)

RESUMO

O cenário econômico é composto pelo primeiro setor (Estado), segundo setor (Mercado), e o Terceiro Setor, criado pela sociedade como forma organizada de gerir as necessidades não supridas pelo primeiro setor. No universo do terceiro setor encontra-se a categoria das OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) regulamentada pela lei 9.790/99, lei essa que possibilita captação de recursos através de termo de parceria com órgãos públicos. Nesse sentido, esse estudo tem como objetivo analisar se o orçamento é utilizado como ferramenta de gestão financeira nas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) do semi-árido da Paraíba. Para isso utilizou-se pesquisa bibliográfica, descritiva e de campo com aplicação de um questionário, tendo como universo da pesquisa 9 OSCIP no semi-árido da Paraíba cadastradas no Ministério da Justiça, entretanto, o questionário foi aplicado em cinco OSCIP representando 56% da população. A partir da tabulação dos dados da pesquisa, pode-se afirmar que a maior parte das OSCIP do semi-árido da Paraíba faz uso do orçamento apenas para prever os gastos dos seus projetos. Contudo, os gestores não utilizam o orçamento no processo de captação de recursos financeiros, muito menos no processo de gestão para tomada de decisão.

Palavras-chave: Terceiro Setor. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP. Orçamento.

ABSTRACT

The economic scenery is carried out by the first sector (State), the second sector (Marketing), and the Third Sector, was brought up by society as an organized way to provide necessities for the first sector that not completed yet. In the universe of the third sector we find a category of OCSPM (Organization of the Civil Society from Public Matters), ruied by Law 9.790/99, which means that it deals with the possibility of utilizing resources through an agreement among public partnerships. For that reason, this study has the aim to analyze that if you spend the budget as a tool in financial management, you will apply is to the (OCSPM) Organization of the Civil Society from Public Matters in the semi-arid region of Paraiba. In this way , using bibliographical research, descriptive and field study with an application of a questionnaire, which has a universal research on OCSPM, informed by Ministério da Justiça; however, the questionnaire was filled in five(05), therefore OCSPM was represented by 56% of the population, in the semi-arid region of Paraiba. Starting with the Tabulated data of the study, we could be sure that the greater part from OCSPM (Organization of the Civil Society from Public Matters) has provided the budget only to anticipate the expenses of the projects which are raised in these areas. However, the negotiators in charge of the budget do not assume real management, therefore they only have tried to look ahead the financial support in those projects and whatever they wanted to do in the semi-arid region of Paraiba.

Key-Words: Third Sector. Organization of the Civil Society from Public Matters (OCSPM). Budget.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - A Tríade entre o Estado, o Mercado e o Terceiro Setor.....	19
---	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Cargo/Função dos Respondentes.....	38
TABELA 2 - Grau de Instrução dos Gestores.....	39
TABELA 3 - Área de Formação Profissional.....	39
TABELA 4 - Tempo de Existência da OSCIP.....	39
TABELA 5 - Área de Atividade da OSCIP.....	40
TABELA 6 - Âmbito de atuação dos Programas/Projetos Sociais.....	40
TABELA 7 - Número de Beneficiários diretos da organização.....	41
TABELA 8 - Número de Funcionários da Entidade.....	41
TABELA 9 - Número de Voluntários da Entidade.....	42
TABELA 10 - Número de Componentes do Conselho.....	43
TABELA 11 - Missão declarada da OSCIP.....	43
TABELA 12 - Faixa Orçamentária da Organização.....	44
TABELA 13 - Prestação de Contas.....	44
TABELA 14 - A OSCIP divulga Demonstrações Contábeis.....	47
TABELA 15 - Quais demonstrações são divulgadas.....	47
TABELA 16 - Quais meios de Divulgação.....	47
TABELA 17 - Formas de captação.....	49
TABELA 18 - Planejamento estratégico.....	49
TABELA 19 - Quais as pessoas envolvidas no processo de formulação das estratégias.....	50
TABELA 20 - Existência de Planejamento operacional nas OSCIPs.....	50
TABELA 21 - Existência de escrituração contábil.....	51
TABELA 22 - Finalidade das informações contábeis nas OSCIPs.....	51
TABELA 23 - Frequência da preparação das informações contábeis.....	52
TABELA 24 - A organização utiliza orçamento.....	55
TABELA 25 - Qual a abrangência do orçamento.....	55
TABELA 26 - Quais as pessoas envolvidas no processo de aprovação do orçamento.....	55
TABELA 27 - Revisão do orçamento.....	56
TABELA 28 - Pessoas envolvidas no processo de revisão do orçamento.....	56
TABELA 29 - Tipos de Orçamento elaborados pela organização.....	57
TABELA 30 - Estabelecimento de metas orçamentárias comparadas periodicamente.....	57
TABELA 31 - Atingimento de metas.....	57
TABELA 32 - Divulgação das metas estabelecidas.....	58
TABELA 33 - A utilização de técnicas orçamentárias permitiu alguma melhoria no processo de gestão da OSCIP?	58
TABELA 34 - Benefícios alcançados em virtude da utilização de técnicas orçamentárias.....	59
TABELA 35 - A OSCIP mede sistematicamente o desempenho organizacional?.....	59
TABELA 36 - Quais resultados são avaliados pela organização.....	60
TABELA 37 - Pessoas envolvidas na participação da análise dos resultados.....	60
TABELA 38 - Utilização dos grupos de medidas de desempenho.....	61

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Características de Organização de Terceiro Setor – OTS.....	20
QUADRO 2 - Agentes Financiadores da OSCIP que são mais exigentes na prestação de contas.....	45
QUADRO 3 - Aspectos considerados mais importantes pelos agentes financiadores na prestação de contas das OSCIP.....	46
QUADRO 4 - O que é mais importante na definição de processos eficientes e eficazes na OSCIP?.....	52
QUADRO 5 - Quais fatores são mais importantes para a OSCIP, conseguir sobreviver à competitividade e captar mais recursos para os seus projetos sociais?.....	53
QUADRO 6 - Quais os indicadores de desempenho utilizados atualmente para avaliar a sua performance?.....	61

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Agentes Financiadores da OSCIP que são mais exigentes na prestação de contas.....	45
GRÁFICO 2 - Aspectos considerados mais importantes pelos agentes financiadores na prestação de contas das OSCIP.....	46
GRÁFICO 3 - O que é mais importante na definição de processos eficientes e eficazes na OSCIP?.....	53
GRÁFICO 4 - Quais fatores são mais importantes para a OSCIP, conseguir sobreviver à competitividade e captar mais recursos para os seus projetos sociais?.....	54

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Tema e Problema	13
1.2 Justificativa do Estudo	14
1.3 Objetivos	15
1.3.1 <i>Objetivo Geral</i>	15
1.3.2 <i>Objetivos Específicos</i>	15
1.4 Metodologia da Pesquisa	16
1.4.1 <i>Universo da Pesquisa</i>	16
1.4.2 <i>Procedimento da coleta de dados</i>	16
1.4.3 <i>Apresentação e Interpretação de Dados</i>	17
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1 Conceito e caracterização do Terceiro Setor	18
2.2 Classificações das organizações do Terceiro Setor	20
2.3 Categorias das entidades sem fins lucrativos brasileiras	22
2.3.1 <i>Associações</i>	22
2.3.2 <i>Organizações filantrópicas, beneficentes e de caridade</i>	22
2.3.3 <i>Organizações não governamentais (ONGs)</i>	23
2.3.4 <i>Fundações Privadas</i>	23
2.3.5 <i>Organizações Sociais</i>	24
2.3.6 <i>Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)</i>	24
2.4 Organização da Sociedade Civil de Interesse Público	25
2.4.1 <i>Termo de Parceria</i>	28
2.4.2 <i>Demonstrações contábeis das OSCIP</i>	28
2.4.2.1 <i>Relatório de execução de atividades</i>	29
2.4.2.2 <i>Demonstração do Superávit ou Déficit do Período – DSDE</i>	29
2.5 Gestão no terceiro setor	32
2.5.1 <i>Funções gerenciais</i>	34
2.6 Orçamento	35
2.7 O orçamento como ferramenta na gestão das OSCIPs	36
3 ANÁLISE DOS RESULTADOS	38
3.1 Caracterização dos gestores e perfil das OSCIP	38
3.2 Informações quanto à prestação de contas	44
3.3 Questões relativas aos recursos da organização	48
3.4 Questões referentes ao orçamento	54
3.5 Aspectos Relativos à Medição de Desempenho Organizacional	59
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	65
APÊNDICE A	68
APÊNDICE B	69

1 INTRODUÇÃO

A partir da década de 80, tornou-se mais acentuada a crise do Estado Brasileiro como provedor dos serviços sociais, haja vista a crise fiscal e o processo inflacionário. No setor Público essa crise ocasionou graves conseqüências à sociedade. A economia ficou fragilizada e o Estado se mostrou incapaz de promover funções básicas como educação, saúde, lazer, saneamento básico, transporte e segurança.

Em meio a essa tensão econômica, surgiu o Terceiro Setor, com o intuito de ajudar o estado a suprir essas necessidades fundamentais e promover bens e serviços de caráter público. O terceiro setor tem crescido consideravelmente nas últimas décadas, sendo representado por associações, organizações filantrópicas, beneficentes e de caridade, organizações não governamentais (ONG), fundações privadas, organizações sociais e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP), sendo esta última regulamentada pela lei 9.790 considerada como marco do Terceiro Setor.

A lei 9.790/99 impõe alguns requisitos para que a entidade seja qualificada como OSCIP, essa qualificação permite a organização, firmar termo de parceria com órgãos públicos como fonte de captação de recursos.

Para otimizar esses recursos, que geralmente são escassos, as OSCIP necessitam de gerenciamento eficiente, com uso de ferramentas e estratégias adequadas.

O orçamento por sua vez, permite o planejamento da aplicação desses recursos, facilita a prestação de contas e promove informações valiosas para tomada de decisão.

Nessa perspectiva o presente estudo visa analisar como tem sido a utilização do orçamento na gestão de recursos financeiros das OSCIPs situadas no semi-árido da Paraíba. Para isso, verificaremos se as organizações pesquisadas fazem uso do orçamento como ferramenta de gestão.

1.1 Tema e Problema

Uma parcela significativa das organizações do terceiro setor sobrevive das doações de terceiros. O sucesso dessas organizações depende da captação desses recursos, bem como da forma como estes recursos são geridos por estas entidades. É sabido que muitas entidades convivem com a insuficiência de recursos o que compromete significativamente a condução dos projetos e a realização de seus objetivos.

Falconer (1999, apud ALMEIDA, 2008, p. 19) enfatiza dizendo:

o perfil das organizações do terceiro setor no Brasil parece, à primeira vista, apenas confirmar a percepção de que o problema do setor é, fundamentalmente, um problema de competência na gestão: operando em um meio desfavorável, caracterizado pela falta de recursos e de apoio do poder público, as organizações não conseguem romper o ciclo vicioso de falta de recursos humanos capacitados, gerenciamento inadequado, falta de dinheiro e insuficiência de resultados.

Fischer e Fischer (1994, p.19) relatam que as organizações do terceiro setor "têm se diferenciado pela eficácia de sua atuação, substituindo o Estado e a iniciativa privada, na solução criativa e econômica de problemas sociais que pareciam insolúveis ou simplesmente se acumulariam até se constituírem em catástrofes, se não fosse sua presença".

Com base no exposto o presente estudo pretende responder a seguinte questão:

O orçamento é utilizado pelas OSCIP do Semi-árido da Paraíba como ferramenta de gestão de recursos financeiros?

1.2 Justificativa do Estudo

Justifica-se essa pesquisa pela relevância que o Terceiro Setor vem desempenhando na sociedade brasileira ao longo dos anos. Sua visibilidade tem crescido de forma significativa, tanto no âmbito social como financeiro, entretanto na conjuntura acadêmica o número de pesquisas e publicações no Terceiro Setor, relacionadas principalmente a área contábil ainda é muito incipiente. Nessa perspectiva Coelho (2000, p. 19) diz que:

Do ponto de vista acadêmico, apenas recentemente os pesquisadores voltaram sua atenção para esse tipo de associativismo. Apesar da importância do debate público e da existência de uma vastíssima bibliografia estrangeira (boa parte dela comparativa), poucos estudos foram até agora efetuados no Brasil.

No que se refere ao cenário econômico o Terceiro Setor tem promovido expressivo índice na geração de emprego e renda. De acordo com um estudo realizado pelo Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2005) em parceria com a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE no período de 2002 a 2005, o número de associações e fundações sem fins lucrativos cresceu cerca de 22,6%, passando de 275,9 mil em 2002 para 338,2 mil em 2005.

Nesse sentido os dados do IBGE (2005) também apontam 1,7 milhões de pessoas registradas como trabalhadores assalariados nas 338,2 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos o que representa 22,1% do total dos empregados na administração pública do País e 70,6% do total do emprego formal no universo das 601,6 mil entidades sem fins lucrativos existentes no Cadastro Central de Empresas – CEMPRE.

Os números da pesquisa comprovam a importância do Terceiro Setor na formação da Economia Brasileira e a perspectiva é que esses números continuem a crescer ano após ano. Assim sendo, surgiu à necessidade de estudar e conhecer melhor o universo do terceiro Setor, sua origem, composição e gestão.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar se o orçamento é utilizado como ferramenta de gestão financeira nas organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) do semi-árido da Paraíba.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Identificar o perfil das OSCIP do semi-árido da Paraíba;
- Identificar se nas Organizações que fazem uso do orçamento foram alcançados benefícios para a gestão das organizações decorrentes dessa utilização.
- Verificar se a utilização do orçamento nas OSCIP tem sido adequada ao processo de gestão de recursos financeiros;

1.4 Metodologia da Pesquisa

A metodologia utilizada no presente estudo foi bibliográfica, descritiva e de campo. Foi utilizado como instrumento de coleta de dados um questionário semi-estruturado, aplicado junto aos gestores das OSCIPs do Semi-árido da Paraíba.

1.4.1 Universo da Pesquisa

Para determinar o universo desta pesquisa, foi utilizada uma lista das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) cadastradas no Ministério da Justiça. Essa listagem foi obtida através do site¹ do próprio Ministério da Justiça na Secretaria Nacional de Justiça.

Essa relação com os dados das OSCIP apresenta um conjunto de 9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público no semi-árido do estado da Paraíba, que compreendem as cidades: Patos, Condado, Pombal, Aparecida, Sousa e Cajazeiras, cuja pesquisa foi realizada no cadastro do Ministério da Justiça no dia 01/07/08. Contudo, das nove organizações somente localizou-se seis, as três restantes não constavam no endereço indicado no cadastro do Ministério da Justiça. Responderam ao questionário da pesquisa cinco gestores representantes das OSCIPs selecionadas, que representa 56% do universo.

1.4.2 Procedimento da coleta de dados

Com base na revisão bibliográfica foi elaborado um questionário de pesquisa², apresentado no apêndice, com perguntas que visaram responder o problema de pesquisa.

¹ A listagem das OSCIP foi retirada do endereço eletrônico: www.mj.gov.br/resultadoconsulta.asp site do Ministério da Justiça. Acesso 01/07/08. Entretanto, a listagem de OSCIP contida no site sofre constantes variações, pois essa relação é sempre atualizada com novas inclusões e/ou exclusões de OSCIP.

² O referido questionário tomou como bases as pesquisas de Almeida, Cíntia de. O orçamento como ferramenta para a gestão de recursos financeiros no terceiro setor: um estudo nas organizações do estado do Rio Grande do Norte. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – UnB/UFPB/UFPE/UFRN, Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. - Natal, 2007.

SILVA, Ana Carolina Miranda da. Práticas de Contabilidade Gerencial em Organizações do Terceiro Setor: um Estudo na Região Metropolitana do Recife – Pe. Dissertação (Mestrado em Ciências

A pesquisa de campo teve como instrumento de coleta de dados o referido questionário, o qual está dividido em cinco grupos de questões:

- 1) dados do entrevistado: objetivando traçar o perfil do respondente;
- 2) perfil da organização: buscando identificar as características das entidades quanto ao tempo de existência da organização, área de atividade, âmbito de atuação dos programas, número de beneficiários, funcionários e voluntários e aspectos referentes à estrutura organizacional;
- 3) informações quanto à prestação de contas: analisando o nível de transparência da organização, que fatores levam a organização a prestar contas, o quê e para quem está se prestando contas e também se há divulgação;
- 4) recursos financeiros da organização: com o objetivo de vislumbrar as formas de captação e organização dos recursos da entidade.
- 5) orçamento: diagnosticando se há uso do orçamento pela organização, quem participa da elaboração, que tipos de orçamento são elaborados e com que finalidade, abrangência do orçamento e se é feito algum tipo de revisão. Também foi verificado se, em decorrência da utilização de técnicas orçamentárias, as metas definidas no orçamento são alcançadas e se podem ser percebidas melhorias na gestão como geração de benefícios à organização.

1.4.3 Apresentação e Interpretação de Dados

Após a coleta dos dados através do questionário, utilizou-se para análise descritiva o software Statistical Package for Social Science – SPSS versão 8.0.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Conceito e caracterização do Terceiro Setor

Desde os primórdios o homem sempre procurou viver em grupos como forma de mecanismo de autodefesa e de sobrevivência. Assim, o homem percebeu que o sentimento de solidariedade no ambiente coletivo proporcionava um maior bem-estar comum aos integrantes dos seus núcleos sociais.

O aparecimento da organização do Estado como estrutura que tinha dentre suas principais funções o suprimento das necessidades básicas do indivíduo, tais como: saúde, educação, lazer e etc., corroborou para a dispersão desses grupos de pessoas, restando apenas o núcleo familiar. Com o passar dos anos, evidenciou-se que a atividade estatal não conseguiu desempenhar seu papel no tocante ao atendimento de tais necessidades. Assim sendo, o ser humano ainda dispunha de um sentimento de compaixão pelo próximo e então buscou de forma organizada, prestar assistência aos necessitados preenchendo as lacunas deixadas pelo Estado.

Nessa perspectiva, configurou-se o aparecimento de um Terceiro Setor no cenário macroeconômico, que antes era composto por apenas dois setores: O Estado como Primeiro Setor, responsável por exercer múltiplas atividades de ordem administrativa, econômica e financeira para cumprir suas finalidades básicas; e o Segundo Setor caracterizado por empresas privadas que objetivam a maximização dos seus lucros. (ARAÚJO, 2005, p.1).

Ioschpe (2000, p. 26 apud ARAÚJO, 2005, p. 2) conceitua o Terceiro Setor como sendo:

(...) conjunto composto de organizações sem fins lucrativos, cujo papel principal é a participação voluntária, fora do âmbito governamental, que dão suporte às práticas da caridade, da filantropia e do mecenato, voltadas para a garantia do direito da cidadania da sociedade.

Nesse sentido, a utilização do termo Entidades Sem Fins Lucrativos (ESFL), serve para rotular as organizações que direcionam suas atividades de cunho filantrópico, caritativo e assistencial, e que não tenham como finalidade à obtenção de lucros bem como não configurem dependência dos governos.

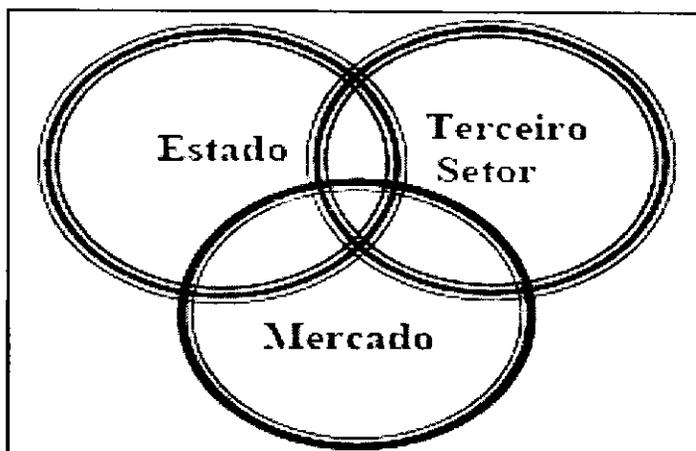


FIGURA 1 – A Triade entre o Estado, o Mercado e o Terceiro Setor
Fonte: Fonseca (2000, p. 5 apud ARAÚJO, 2005 p. 7).

A figura acima evidencia os três setores que aparelham o funcionamento da atividade econômico-social no Brasil e no mundo. O fato é que estes setores são autônomos entre si, e cada um desempenha um papel específico. No entanto, eles se complementam, de forma a interagir suas ações no sentido de prestar serviços à sociedade.

De acordo com Araújo (2005) percebe-se através dessa triade entre o Estado, o Mercado e o Terceiro Setor que os mesmos são indispensáveis e, pela interseção entre eles, denota-se a parceria em suas atividades. Contudo, existe a independência e autonomia entre os mesmos, sendo cada um livre no que se refere à sua gestão e tomada de decisões.

Ao contrário do que muita gente pensa, o trabalho das ESFL não gera uma atividade concorrencial com os governos e sim um sistema de “parcerias” que incita a realização de um trabalho mais eficaz quanto à prestação do serviço considerado complementar a ação estatal. (OLAK; NASCIMENTO, 2006, p. 2).

Na realidade, as ESFL desempenham um papel fundamental para o desenvolvimento de uma perspectiva social com menos desigualdade, com mais oportunidades, propiciando dignidade e cidadania para os marginalizados da sociedade.

Do ponto de vista de Olak e Nascimento (2006), as principais características das entidades sem fins lucrativos podem ser resumidas assim:

QUADRO 1
Características de Organização de Terceiro Setor – OTS.

1.	Objetivos institucionais	→	Provocar mudanças sociais.
2.	Principais Fontes de Recursos Financeiros e Materiais	→	Doações, Contribuições, Subvenções e prestação de serviços comunitários.
3.	Lucro	→	Meio para atingir os objetivos institucionais e não um fim
4.	Patrimônio/Resultados	→	Não há participação/distribuição aos Provedores.
5.	Aspectos Fiscais e Tributários	→	Normalmente são imunes ou isentas
6.	Mensuração do Resultado Social	→	Difícil de ser mensurado monetária e economicamente.

Fonte: Olak e Nascimento (2006)

O Quadro nº. 1 apresenta de forma resumida as características essenciais das ESFL. Nele, pode-se destacar que o Lucro não é o objetivo fim e sim um meio para se atingir os objetivos dessas instituições, uma vez que carregam em sua própria terminologia a expressão “sem fins lucrativos”, e sim uma consequência advinda das doações, contribuições, subvenções e etc., que configuram suas principais fontes de recursos.

Ainda quanto as suas características principais, as ESFL tratam seu patrimônio como um bem comum, não sendo passível de distribuição.

No que concerne aos aspectos fiscais e tributários, boa parte dessas organizações possuem imunidade ou isenção fiscal e tributária com previsão em texto constitucional. Ficando ainda mais independentes da influência do Estado.

Nesse sentido, Hudson (1999, p. 1 apud ARAÚJO, 2005, p. 5) corrobora dizendo:

As organizações participantes do terceiro setor possuem duas características principais que as diferem das demais: não distribuem lucro, como fazem as organizações pertencentes ao setor privado, nem estão sujeitas ao controle estatal, como as organizações do setor privado.

2.2 Classificações das organizações do Terceiro Setor

O terceiro setor compreende diferentes entidades, que podem ser classificadas quanto a sua finalidade, quanto a sua fonte de recursos, quanto à área de atuação ou composição do conselho administrativo.

A classificação adotada internacionalmente no terceiro setor (ICNPO - *International Classification of Non-profit Organizations*³) de acordo com sua área de atuação oferece doze grupos. ARAÚJO (2005, p. 9). São eles:

- Cultura e recreação: artes, zoológicos, cultura, esporte, clubes sociais e outras recreações;
- Educação e pesquisa: incentivo a pesquisa, educação superior, pesquisa médica, treinamento vocacional e outros;
- Saúde: asilos, hospitais para reabilitação, saúde mental, educação sanitária e outros;
- Serviços sociais: assistência emergencial, serviços para crianças, jovens, famílias, idosos e deficientes e etc.;
- Meio ambiente: controle de poluição, proteção animal, conservação dos recursos naturais, vida selvagem e outros;
- Desenvolvimento e habitação: desenvolvimento econômico, social e comunitário, moradia, emprego e treinamento;
- Lei, direito e política: partidos políticos, políticas organizacionais, serviços legais, associações civis e etc.;
- Intermediários para filantropia e promoção de voluntários: grupos econômicos para concessão de recursos, organização de intermediários, organização de capitais de recursos.
- Atividades internacionais: programas de intercâmbio; amparo em desastres, organizações pacifistas e etc.;
- Religião: organizações de cunho religioso.
- Negócios, Associações profissionais e sindicatos: organizações de empregados, associações profissionais e congêneres;
- Não classificadas em outros grupos.

Nesse sentido para ser classificada como ESFL as organizações devem estar inseridas em pelo menos uma dessas áreas de atuação e não ter como finalidade o lucro.

O fato de uma organização iniciar suas atividades em determinada área de atuação, não significa que a mesma só poderá desempenhar seus trabalhos naquele determinado segmento. Nada impede que as entidades sem fins lucrativos possam alterar ou introduzir novas subcategorias nas suas atividades (ARAÚJO, 2005).

³ Classificação Internacional de Organizações não Lucrativas

2.3 Categorias das entidades sem fins lucrativos brasileiras.

As ESFL podem ser classificadas em diferentes categorias, levando em consideração fatores como: seus objetivos, sua estrutura organizacional, a forma como são constituídas, entre outros. Landim (apud OLAK; NASCIMENTO, 2006, p. 13) No Brasil seis categorias compõem o terceiro setor, são elas:

2.3.1 Associações:

As associações possuem como fator primordial a união de pessoas que se agrupam com intenção de defender interesses mútuos, são regidas por um estatuto próprio, mantendo uma relação onde não há direitos e obrigações entre os seus associados.

O Manual de administração jurídica, contábil e financeira para organizações não-governamentais (ABONG, 2003) define associações como sendo pessoa jurídica de direito privado, constituída por pessoas em torno de um propósito não econômico, com fins lícitos e sem interferência do Estado.

2.3.2 Organizações filantrópicas, beneficentes e de caridade:

São ESFL cuja atuação esteja voltada a proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice; promover ações de prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiências; promover, gratuitamente, assistência educacional ou de saúde; promover a integração ao mercado de trabalho.

Conforme aponta o decreto 2.536/1998 no seu Art. 3º - Faz jus ao Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos a entidade beneficente de assistência social que demonstre nos três anos imediatamente anteriores ao requerimento, entre outros: estar legalizada e em pleno funcionamento; estar inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social municipal e estadual, ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal; possuir registro no CNAS; aplicar suas rendas e recursos integralmente no território nacional; não distribuir resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto;

2.3.3 Organizações não governamentais (ONGs):

Diferente das organizações filantrópicas, as ONGs não exercem nenhum tipo de caridade, tendo como objetivo, colaborar para a solução dos problemas sociais e lutar em defesa dos direitos e da igualdade de todos.

De acordo com o entendimento de Pereira e Leite (2005, p. 33), as ONGs podem ser assim definidas:

(...) são iniciativas de pessoas ou grupos que visam colaborar para a solução de problemas da comunidade, como mobilizações, educação, conscientização e organização de serviços ou programas para o atendimento de suas necessidades, daí sua diferenciação das Associações por estarem voltadas para "terceiros", não buscando seus objetivos comuns;

No tocante aos aspectos de distinção das Associações, as ONGs apresentam uma proposta mais voltada para o atendimento e bem-estar da comunidade em geral, diferentemente das propostas de trabalho apresentadas pelas Associações, que tratam exclusivamente de atender as necessidades apresentadas por um determinado grupo ou classe.

2.3.4 Fundações Privadas:

De acordo com o Manual de Procedimentos Contábeis e Prestação de Contas das Entidades de Interesse Social (2008, p. 25), "As fundações são entes jurídicos que tem como fator preponderante o patrimônio".

Para ser constituída é necessário que uma pessoa física ou jurídica destine um conjunto de bens livres, com finalidade social e determinada. O Código Civil brasileiro dispõe expressamente no seu Art. 62, que o instituidor da fundação poderá fazer essa concessão de bens por duas únicas formas: escrituração pública ou testamento. A Lei supra, ressalta ainda, que as fundações só poderão constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.

2.3.5 Organizações Sociais:

A Lei 9.637, de 15 de maio de 1988, determina em seu Art. 1º, a qualificação das organizações sociais como sendo: “pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde”.

As organizações que desejam receber do poder executivo a classificação de Organização Social - OS devem apresentar no seu ato constitutivo os seguintes requisitos (Art. 2º Lei 9.637/1988):

- a) natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;
- b) finalidade não-lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;
- c) previsão expressa de a entidade ter, como órgãos de deliberação superior e de direção, um conselho de administração e uma diretoria definidos nos termos do estatuto, asseguradas àquele composição e atribuições normativas e de controle básicas previstas nesta Lei;
- d) previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representantes do Poder Público e de membros da comunidade, de notória capacidade profissional e idoneidade moral;
- e) composição e atribuições da diretoria;
- f) obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial da União, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão;
- g) no caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do estatuto;
- h) proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;
- i) previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito da União.

Com base no exposto, OS é ESFL que pode ser uma fundação ou associação atuando com um novo modelo de trabalho, por meio de apoio do Estado para atingir objetivos de interesses públicos.

2.3.6 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP):

Pessoa jurídica do direito privado, sem fins lucrativos, instituída pela lei 9.790 de 23 de março de 1999, considerada o marco legal do terceiro setor. O certificado de OSCIP pode

ser adquirido por fundações e associações, desde que preencha os requisitos básicos exigidos na lei das OSCIP.

Regules (2006, p. 139) define Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público como sendo:

As pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos destinadas ao cumprimento de serviços de interesse público, colaboradas da ação estatal nas áreas sociais definidas pela lei 9.790/1999, criadas e geridas exclusivamente pelos particulares, qualificadas e continuamente fiscalizadas pelo estado, sob a égide de regime jurídico especial – adoção de normas de direito privado com as derrogações originárias do regime jurídico de direito público.

Araújo (2005, p. 25) define OSCIP como sendo organizações do terceiro setor que, por intermédio da lei, relacionam-se com o Estado através de termo de parceria. São organizações parceiras do Estado.

2.4 Organização da Sociedade Civil de Interesse Público:

O Conselho da Comunidade Solidária ligado à Presidência da República promoveu uma série de debates desde 1997, o que resultou na lei 9.790/99. O objetivo desses debates era promover uma relação diferenciada e privilegiada das organizações sem fins lucrativos de interesse público com o Estado.

O Decreto nº 3.100 de 30 de junho de 1999 regulamentou a lei 9.790 de 23 de março de 1999, referente às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, que ficou conhecida como a lei das OSCIP, considerada como sendo o marco legal do terceiro setor.

Destaca-se que antes de a referida lei ser estabelecida o setor não lucrativo com fins públicos, contava com uma legislação complexa, imprópria e arcaica, que não fornecia auxílio na relação das ESFL com o estado (ALMEIDA, 2007).

A lei 9.790/99 estabelece em seu artigo 3º que, podem receber a qualificação de OSCIP as pessoas jurídicas do direito privado que não tenham como finalidade a distribuição de lucro, e que desempenhem atividades reconhecidas como de interesse público, cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma das finalidades abaixo:

- I - promoção da assistência social
- II - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- III - promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
- IV - promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
- V - promoção da segurança alimentar e nutricional;
- VI - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- VII - promoção do voluntariado;
- VIII - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- IX - experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- X - promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;
- XI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- XII - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

A referida lei determina ainda que, não podem receber a qualificação de OSCIP as sociedades comerciais; os sindicatos; as associações de classe ou de representação de categoria profissional; as instituições religiosas; as organizações partidárias; as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios; as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados; as instituições hospitalares privadas; as escolas privadas; as organizações sociais; as cooperativas; as fundações públicas; as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas; as organizações creditícias que tenham vínculo com o sistema financeiro nacional. (LEI 9.790/99, Art.2º.)

Atendidas essas exigências, para a qualificação como OSCIP, é necessário apresentar cópias autenticadas dos seguintes documentos à Coordenação De Outorga e títulos (divisão de qualificação de OSCIP) da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça:

- Estatuto social devidamente registrado em cartório;
- Ata de eleição da atual diretoria registrada em cartório;
- Balanço patrimonial assinado pelo contador habilitado;
- Demonstração do resultado do exercício assinada por contador habilitado;
- Declaração de isenção do imposto de renda (declaração de informações econômico-fiscais da pessoa jurídica DIPJ), acompanhada de recibo de entrega; e

- Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)

A partir da entrega do pedido, o Ministério da Justiça apresentará sua resposta em trinta dias. Caso o pedido de qualificação seja indeferido, o Ministério envia um parecer com as exigências a serem cumpridas. Após efetuarem as alterações necessárias, a organização pode apresentar novamente o pedido de qualificação como OSCIP a qualquer tempo.

O Manual de Administração Jurídica, Contábil e Financeira para Organizações Não-Governamental (ABONG, 2003) destaca os principais benefícios conferidos aos portadores da qualificação como OSCIP:

- Incentivo fiscal e doações - a medida provisória nº. 2.158-35/2001, em seu artigo 59, estabelece que as doações efetuadas as OSCIP podem ser deduzidas do imposto de renda das empresas doadoras tributadas sob o regime do lucro real até o limite de 2% sobre o lucro operacional, antes de computada a sua dedução. Nesse aspecto a Lei nº. 9249/95 em seu art. 13, parágrafo 2º, inciso III acrescenta que:

III - as doações, até o limite de dois por cento do lucro operacional da pessoa jurídica, antes de computada a sua dedução, efetuadas a entidades civis, legalmente constituídas no Brasil, sem fins lucrativos, que prestem serviços gratuitos em benefício de empregados da pessoa jurídica doadora, e respectivos dependentes, ou em benefício da comunidade onde atuem, observadas as seguintes regras:

- a) as doações, quando em dinheiro, serão feitas mediante crédito em conta corrente bancária diretamente em nome da entidade beneficiária;
- b) a pessoa jurídica doadora manterá em arquivo, à disposição da fiscalização, declaração, segundo modelo aprovado pela Secretaria da Receita Federal, fornecida pela entidade beneficiária, em que esta se compromete a aplicar integralmente os recursos recebidos na realização de seus objetivos sociais, com identificação da pessoa física responsável pelo seu cumprimento, e a não distribuir lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto;
- c) a entidade civil beneficiária deverá ser reconhecida de utilidade pública por ato formal de órgão competente da União.

- Termo de parceria: estabelece critérios mais transparentes e eficientes para o repasse de recursos públicos para ESFL, que até então eram regidos por convênios.
- Possibilidade de remuneração de dirigentes – uma grande inovação da lei 9.790/99 é a possibilidade de a organização instituir remuneração para os dirigentes da entidade que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestem serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado.

- Podem receber bens apreendidos, abandonados ou disponíveis, administrados pela Receita Federal – portaria 256 de 15 de agosto de 2002, do ministério da fazenda.

Outra peculiaridade da OSCIP abordada por Young (2007) é que Servidores públicos podem participar na composição de diretoria ou conselho de organização civil de interesse público, ficando proibida a remuneração ou subsídio a qualquer título.

2.4.1 Termo de Parceria

O termo de parceria foi regulamentado pela lei 9.790/99 com o designio de promover e tornar menos burocrático o acesso das organizações da sociedade civil sem fins lucrativos a recursos públicos.

Na concepção de Araújo (2005) termo de parceria é um importante meio de planejamento e desenvolvimento de projetos por órgãos governamentais, promovendo um elevado grau de sucesso por oferecer uma gestão de recursos mais transparente. Ressaltando que o Estado não está obrigado a firmar termo de parceria com a OSCIP, mas pode fazê-lo, desde que tenha interesse na parceria para execução das atividades prevista nesta lei.

A lei 9790/99 ressalta que o termo de parceria firmado entre o poder público e as OSCIP deverá discriminar direitos e obrigações para as partes signatárias, nele deve constar as receitas e despesas previstas, as metas estabelecidas, os resultados a serem alcançados, objetivos, critérios de avaliação e prestação de contas ao poder público. Uma OSCIP pode possuir mais de um termo de parceria ao mesmo tempo e eles podem ser celebrados em períodos que cubram mais de um exercício, incluindo o período de troca de governos.

Caberá ao poder público e o Conselho de Políticas Públicas da Área acompanhar e fiscalizar de forma permanente a execução do objeto do termo de parceria a fim de constatar se os recursos públicos estão sendo aplicados de acordo com os encargos e obrigações ajustados (REGULES, 2006).

2.4.2 Demonstrações contábeis das OSCIP

Apesar do Conselho Federal de Contabilidade recomendar legislação específica para as entidades do terceiro setor, as demonstrações contábeis elaboradas e divulgadas ainda seguem os mesmos critérios utilizados pelas entidades com fins lucrativos regidos pela lei

6.404/76 (ALBUQUERQUE, 2007).

Vale ressaltar que a NBC T 10.19 determina que, as contas: Capital Social e Lucros ou Prejuízos Acumulados deverão ser substituídas, respectivamente, por Patrimônio Social e Superávit ou Déficit do Exercício. Déficit e superávit são expressões usadas pelas ESFL para evidenciar o resultado negativo ou positivo, respectivamente.

As ESFL que queiram adquirir e manter a qualificação como OSCIP devem possuir escrituração contábil regular. Uma vez que o Art.4º da lei 9790/99 exige prestação de contas em conformidade com os princípios fundamentais da contabilidade e com as normas brasileiras de contabilidade.

Para manter a qualificação de OSCIP, a organização deve prestar contas anualmente, mediante apresentação de relatórios ao Ministério da Justiça, como requisito de permanência da certificação, bem como esta sujeita a fiscalização do Ministério Público e aos Tribunais de Contas, caso tenha termo de parceria.

2.4.2.1 Relatório de execução de atividades:

A apresentação do Relatório de Execução de Atividades configura um mecanismo de interação que permite informar à sociedade as ações que realmente foram realizadas no espaço de tempo de um exercício anual. Além de possibilitar a própria organização o pontual acompanhamento de metas e a avaliação de suas respectivas execuções.

2.4.2.2 Demonstração do Superávit ou Déficit do Período – DSDE

O CFC conceitua - a partir da NBC T 3.3 - a DRE como sendo: "a demonstração contábil destinada a evidenciar a composição do resultado formado num determinado período de operações da entidade"

A Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício - DSDE oferece à possibilidade dos gestores evidenciarem as ações no tocante a quantidade de recursos adquiridos e custos e despendidos que são empregadas nas atividades dessas entidades. O termo "exercício" delimita o período temporal a ser evidenciado (OLAK; NASCIMENTO, 2006, p. 74).

2.4.2.3 Balanço patrimonial (BP):

O Balanço Patrimonial é tido como uma das demonstrações mais importante, imprescindível a qualquer tipo de organização, a NBC T 3.2 avalia o BP como: “demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativamente e quantitativamente, a posição patrimonial e financeira da entidade”.

(IUDÍCIBUS, 2003, p. 29) enfatiza: O balanço patrimonial tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial da empresa em determinada data, representando, portanto, uma posição estatística.

Para OLAK; NASCIMENTO (2006, p. 71):

O balanço patrimonial é uma demonstração contábil indispensável a qualquer tipo de organização, que explore ou não atividade lucrativa. É uma “fotografia” (por isso, demonstrativo estático) da entidade em dado momento, evidenciando, de forma sucinta, a situação econômica, financeira e patrimonial da mesma. Assim como nas empresas o Balanço Patrimonial, para ser útil a seus usuários, deve refletir, tempestiva e qualitativamente, a situação patrimonial das ESFL, caso contrário perde totalmente seu valor.

Nessa perspectiva o balanço patrimonial expõe a situação financeira da empresa e fornece informações úteis a seus usuários proporcionando a tomada de decisões.

2.4.2.4 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR):

De acordo com a NBC T 3.6: “a DOAR é a demonstração contábil destinada a evidenciar, num determinado período, as modificações que originaram as variações no capital circulante líquido da entidade”.

Nesse sentido, Olak e Nascimento (2006, p. 77) preconizam:

Tal demonstração tem por objetivo principal explicar a variação ocorrida no Capital Circulante Líquido (ativo circulante – passivo circulante) de um período a outro. Ajuda o usuário a compreender como e por que a posição financeira da entidade mudou de um período para outro. Essa demonstração é também contemplada pela legislação societária e útil por evidenciar, de um lado, de onde vieram os recursos e, de outro, onde tais recursos foram aplicados.

Com base no exposto, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos caracteriza-se como uma demonstração contábil que fornece informações e permite o entendimento da situação financeira e patrimonial a curto prazo da entidade.

2.4.2.5 Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC):

A lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007 substituiu a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC). A partir de 01.01.2008 a DFC passou a ser demonstração obrigatória para todas as sociedades de capital aberto ou com patrimônio líquido superior a dois milhões de reais.

Com a DFC é possível identificar quais foram as saídas e entradas de dinheiro no caixa durante determinado período e o resultado desse fluxo. O relatório de fluxo de caixa deve ser dividido em três áreas:

- Atividades Operacionais: receitas e gastos decorrentes da industrialização, comercialização ou prestação de serviços da entidade.
- Atividades de Investimento; gastos efetuados no Realizável a Longo Prazo ou no Ativo Permanente, bem como as entradas por venda de ativos imobilizados.
- Atividades de Financiamento: recursos obtidos do Exigível a Longo Prazo e do Patrimônio Líquido. Incluindo os empréstimos e financiamentos de curto prazo. As saídas correspondem à amortização destas dívidas e os valores pagos aos acionistas a título de dividendos, distribuição de lucros.

Essa demonstração fornece informações relevantes sobre o fluxo financeiro da entidade auxiliando os gestores na tomada de decisão.

2.4.2.6 Demonstração das mutações do patrimônio social (DMPS):

Essa demonstração explica as modificações ocorridas no Patrimônio Líquido Social nas contas de resultado durante determinado período.

Olak e Nascimento (2006, pág. 76) ressaltam ainda que:

(...) normalmente integram o PLS as seguintes contas: Patrimônio Social, Reservas de Reavaliação, Subvenções e Doações Patrimoniais e Superávit ou déficit do Exercício. Portanto, nessa demonstração há os saldos no início do período e os acréscimos/decrécimos por doações recebidas, superávit ou Déficit obtido na Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício e, eventualmente por possíveis ajustes ao Patrimônio Social (...)

Através da afirmação acima, pode-se denotar com clareza que as contas de resultado evidenciadas no Patrimônio Líquido Social das entidades assemelham-se com as contas do Patrimônio Líquido das empresas, havendo apenas um ajuste de terminologias nas suas denominações.

2.4.2.7 Notas explicativas das demonstrações contábeis, caso necessário:

Considerada um complemento das demonstrações contábeis, contém informações relevantes que interferem na avaliação da situação econômica e financeira da organização, que não foram abordadas ou esclarecidas em demonstrações anteriores (ARAUJO, 2005).

As Notas explicativas não configuram uma demonstração de evidenciação coercitiva, mas torna-se imprescindível para o bom entendimento dos usuários das informações contábeis sociais das entidades sem fins lucrativos.

2.4.2.8 Parecer e relatório de auditoria independente:

Assim como as Sociedades Anônimas de Capital Aberto, que tem suas ações negociadas em Bolsas de Valores e são regidas pela Lei 11.638/07, as OSCIPs que possuem um ou mais termos de parceria, no valor igual ou superior a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) conforme determina o Decreto Lei Nº. 3.100/99, também estão passíveis da execução anual de uma atividade de auditoria independente com a finalidade de emitir parecer ou relatório que expressem a situação financeira e patrimonial dessas entidades.

2.5 Gestão no terceiro setor.

De acordo com o dicionário Aurélio (2001, p. 347), “gestão significa ato ou efeito de gerir; gerenciar”. Tenório et. al. (2006, p. 17) por sua vez define gerenciar como: “ação de estabelecer ou interpretar objetivos e de alocar recursos para atingir uma finalidade previamente determinada”.

Assim como nas entidades com fins lucrativos, as ESFL também necessitam de uma boa gestão. A forma como a entidade elabora e direciona suas atividades, e principalmente a maneira como utiliza seus recursos reflete significativamente em seus resultados, uma vez que, nessas entidades os recursos são escassos e a maneira como eles serão geridos configura fator determinante para seu desenvolvimento.

Tenório et. al. (2006, pág. 21), ilustra:

(...) organizações existem para produzir bens e prestar serviços. Sua sobrevivência depende de atenderem às expectativas de seus clientes e proprietários, de encontrarem a melhor forma de realizar o trabalho necessário à produção desses bens e à prestação de serviços, bem como de aproveitarem da melhor forma possível os recursos de que dispõem. Sendo assim, o que garante a sobrevivência da organização é uma gerência comprometida com a eficiência, à eficácia e a efetividade.

Dessa maneira, o terceiro setor por possuir dificuldades com a escassez de recursos, exige uma melhor gestão, tornando indispensável à elaboração de estratégias para atingir seus objetivos.

Assim, Araújo (2005, p. 61) enfatiza acerca da gestão das ESFL:

A gestão das organizações do terceiro setor, por mais diversificadas que seja seu campo de atuação, necessita da contabilidade como elemento fornecedor de informações, posto que, não se pode conceber que uma organização que se utilize de recursos escassos para a consecução de seus objetivos não possua um sistema contábil para proceder à gestão do patrimônio.

Igualmente à Contabilidade empresarial, a Contabilidade das Entidades sem fins lucrativos também exerce a função de fornecer informações para o subsídio do processo de tomada de decisão por parte dos gestores dessas organizações, uma vez que a eficiente gestão do Patrimônio Social depende da existência de um eficaz sistema de informação contábil.

Tachizawa (2004, p. 156) discorre acerca das estratégias de gestão nas organizações:

Por meio de parcerias e de alianças estratégicas, as organizações podem desenvolver novas atividades, iniciar novos projetos, abrir fontes de atuação, fortalecer projetos em andamento, ampliar o leque de conhecimentos, captar recursos e reduzir a alocação de recursos. Por intermédio das alianças e parcerias, uma organização pode superar suas lacunas e preencher espaços importantes nos quais não é tão forte.

A utilização de ferramentas estratégicas de gestão organizacional das entidades sem fins lucrativos configuram alternativas de maximização de resultados e otimização de recursos.

2.5.1 Funções gerenciais

Segundo Tenório et. al. (2006, p. 21): “As funções gerenciais essenciais ao trabalho do gestor são: planejamento, organização, direção e controle”.

Planejamento: Possui como papel primordial definir objetivos. Através do planejamento o gestor define o que fazer e como fazer, traça metas, objetivos e estabelece o que deve ser feito para atingi-los.

Nesse sentido Motta (1991, p. 78-109 apud TENÓRIO et. al., 2006, p. 51) complementa:

o planejamento deve ser visto como um processo de aprendizagem a respeito da organização, processo que exige capacidade de fazer julgamentos por vezes subjetivos. Por meio desse processo procura-se antecipar mudanças futuras, tirando vantagens das oportunidades que vão surgindo; indicar com clareza um caminho futuro suficientemente flexível para ser alterado de acordo com novas condições ambientais, e corrigir cursos de ação a longo prazo.

Sobre os três níveis de planejamento, o estudo de Tenório et. al. (2006) baseia-se:

- **Planejamento Estratégico:** possui uma visão ampla; define a finalidade e os objetivos a serem perseguidos, dentro de um determinado período de tempo.
- **Planejamento Tático:** possui uma visão específica sobre cada parte da organização; No planejamento tático são determinados os objetivos e as estratégias para cada atividade como produção, finanças, pessoal, patrimônio e marketing.

- Planejamento Operacional: são executadas as atividades necessárias para atingir os objetivos da organização.

Organização: função que compreende a ação de agrupar pessoas, criar grupos de trabalho, definir recursos, atribuições, responsabilidades e normas, de modo a atingir a finalidade e os objetivos previstos.

Direção: determina como atingir os objetivos, busca garantir a execução das ações e motivar pessoas a desempenharem suas atividades da melhor maneira possível, com otimização dos recursos.

Essa função por envolver o relacionamento com pessoas requer maior habilidade do gestor, é necessária a capacidade de coordenar, liderar, motivar e tomar decisões.

Controle: A função controle está intimamente ligada à função planejamento, visto que ela permite comparar os objetivos estabelecidos e os recursos previstos com os resultados atingidos e os recursos realmente gastos, a fim de tomar medidas que possam corrigir ou mudar os rumos fixados.

Nesse sentido, as organizações necessitam estar dispostas a reagir a mudanças rápidas, para tanto seu gestor precisa estar atento e bem preparado. As melhorias na gestão podem levar a bons resultados no curto prazo, em termos de eficiência dos recursos e de eficácia nos resultados. (ALMEIDA, 2007).

2.6 Orçamento.

O orçamento é considerado como uma ferramenta fundamental na gestão das organizações, um plano de ação que integra o planejamento estratégico, um instrumento contábil que tem por finalidade planejar e controlar a economia da empresa. Nesse aspecto Tenório et. al. (2006, p. 48-49) assevera que:

(...) o orçamento constitui instrumento de planejamento e de controle. Com ele, é possível não só fazer previsões e estabelecer padrões, como também avaliar resultados, comparando-se o previsto com o realizado. (...) A partir do orçamento os gerentes podem analisar e avaliar onde estão concentrando seus recursos e também decidir pela manutenção, reativação ou desativação de determinado projeto ou atividade.

Baseado no orçamento, os gestores podem traçar suas metas e as estratégias para atingi-las. Esse planejamento deve ser flexível, elaborado de forma que possa vir a se adaptar as mudanças do mercado, com o intuito de atender as necessidades da organização.

Nesse sentido é importante preconizar que o orçamento seja revisado sempre que houver alteração nas estratégias (LUNKES, 2007). Ou mesmo mudanças na economia, que possa vir a afetar a entidade.

O processo orçamentário é composto por três fases:

- **Elaboração:** Nessa fase é feita o planejamento e a implementação do orçamento na entidade, no entanto para que isso possa acontecer de forma correta é necessário que a organização tenha metas e objetivos definidos. Welsch (2007) ressalta que para implementação do orçamento a organização deve possuir um sistema de informações contábeis adequado.
- **Execução:** Depois do orçamento planejado e implantado os gestores agora são responsáveis por fazer cumprir aquilo que foi orçado/programado.

Assim sendo, Femenick et. al. (2006, p. 73 apud ALMEIDA, 2007, p. 55) corrobora dizendo:

depois que o orçamento geral é aprovado pela alta direção, é que se inicia a fase de implantação do sistema. Com base nesse documento, são divulgados os orçamentos específicos de cada unidade da organização. Essas peças setoriais orientarão os gerentes na execução das tarefas no período orçado, para que toda a organização possa agir de forma integrada e orientada no mesmo sentido de atingir os objetivos fixados.

- **Controle:** Na última fase do processo orçamentário, é feita a avaliação do que foi planejado com o que foi executado. Com a finalidade de analisar se as metas e os objetivos propostos foram realmente atingidos.

2.7 O orçamento como ferramenta na gestão das OSCIPs.

Acreditasse que o orçamento seja considerado uma ferramenta de gestão por planejar a aplicação dos recursos, analisar as variações entre o previsto e o realizado, facilitar a prestação de contas, proporcionar uma visão financeira da organização e gerar informações úteis na tomada de decisão.

Nessa perspectiva Frezatti (2007, p. 46), acrescenta que:

O orçamento é o plano financeiro para implementar a estratégia da empresa para determinado exercício. É mais do que uma simples estimativa, pois deve estar baseado no compromisso dos gestores em termos de metas a serem alcançadas. Contém as prioridades e a direção da entidade para um período e proporciona condições de avaliação do desempenho da entidade, suas áreas internas e seus gestores. Em termos gerais, é considerado um dos pilares da gestão e uma das ferramentas fundamentais para o *accountability*.

Para as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público o orçamento configura-se também como atrativo de recursos, fundamental na elaboração de projetos. Esses projetos devem ser elaborados baseados em orçamento, com objetivo definido, evidenciando os recursos financeiros necessários para atingi-los, dessa maneira os doadores terão acesso às informações de onde e como os recursos cedidos serão aplicados. Almeida (2007, p. 61) enfatiza dizendo que “a divulgação das metas propostas no orçamento e o grau de atingimento das mesmas, são úteis no processo de prestação de contas, gerando credibilidade da organização junto à população.”

Assim sendo, a prática orçamentária possibilita uma visão ampla da situação financeira da entidade, evidencia suas prioridades, e promove alternativas para otimizar os recursos, através de uma gestão transparente, eficaz e eficiente, fonte primordial para tomada de decisão.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção se destina a apresentação dos dados coletados com a aplicação dos questionários junto aos gestores das OSCIPs do Semi-árido da Paraíba.

O universo populacional deste estudo foi constituído por 9 OSCIPs localizadas no semi-árido paraibano, utilizando-se para tal, as OSCIPs cadastradas junto ao sítio eletrônico do Ministério da Justiça. Pela impossibilidade de localização de algumas OSCIPs, esse número foi reduzido para 5, o que representa uma amostra representativa de 56% da população.

3.1 Caracterização dos gestores e perfil das OSCIP.

A seguir, descrevem-se algumas características dos gestores e o Perfil das OSCIP pesquisadas. Nessa perspectiva foram investigados onze aspectos: função; grau de instrução; formação profissional, tempo de existência da organização, área de atividade, âmbito de atuação, número de beneficiários, número de funcionários e voluntários, número de componentes do conselho, missão e faixa orçamentária. A pesquisa demonstra que 40% dos respondentes exercem o cargo de Presidente na OSCIP; 20% são administradores e 20% responderam outros. Na categoria "Outros" estão os Coordenadores da OSCIP (Tabela 1).

TABELA 1
Cargo/Função dos Respondentes

<i>Cargo/Função</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>	<i>% Acumulado</i>
Presidente	2	40,0	40,0
Administrador	1	20,0	20,0
Outros	2	40,0	100
Total	5	100	

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Os resultados obtidos ao se investigar o Grau de Instrução dos respondentes nas OSCIP, são apresentados na tabela 2:

TABELA 2
Grau de Instrução dos Gestores

<i>Grau de Instrução</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>	<i>% Acumulado</i>
Ensino Superior	2	40,0	40,0
Pós Graduado	3	60,0	100
Total	5	100	

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Ao analisar o grau de instrução dos respondentes atuantes na OSCIP, verifica-se que 40% têm nível superior completo e 60% possui pós-graduação. Nesse sentido, constata-se que os gestores das OSCIP possuem um bom nível de escolaridade, pois todos possuem Ensino Superior.

Quanto à área de formação profissional, a investigação evidencia a partir da tabela 3 que 40% dos pesquisados são graduados em Administração, 20% graduados em Ciências Contábeis, 40% estão representados por "Outros" que correspondem à formação nas áreas de Ciências Econômicas e Engenharia Agrônômica.

TABELA 3
Área de Formação Profissional

<i>Área de formação</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>	<i>% Acumulado</i>
Administração	2	40,0	40,0
Ciências contábeis	1	20,0	60,0
Outros	2	40,0	100
Total	5	100	

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Com relação ao tempo de existência da organização, a pesquisa revela através da tabela 4 que 60% das entidades possuem até cinco anos, 20% entre 5 e 10 anos e 20% entre 10 e 15 anos.

TABELA 4
Tempo de Existência da Organização

<i>Tempo de Existência</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>	<i>% Acumulado</i>
Até 5 anos	3	60,0	60,0
Acima de 5 até 10 anos	1	20,0	80,0
Acima de 10 até 15 anos	1	20,0	100
Total	5	100	

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Entre os pesquisados, não houve nenhuma frequência que indicasse entidade com existência superior a 15 anos. Vale ressaltar que esse é o tempo de existência da organização como ESFL e não tempo de qualificação como OSCIP.

Conforme se percebe na tabela 5, 40% das OSCIP têm por atividade o Crédito, 20% desenvolvem atividade de assistência social e 40% abrangem mais de uma atividade, sendo elas: educação e pesquisa, meio-ambiente, cultura e recreação. Essa abrangência nas áreas de atuação pode sinalizar uma estratégia utilizada pela OSCIP para arrecadar recursos submetendo projetos em varias áreas. Entretanto, pode evidenciar a falta de foco, ou seja, falta de uma missão bem definida comprometendo a própria OSCIP, que não estabelece claramente a sua área de atuação.

TABELA 5
Área de Atividade da OSCIP

<i>Área de Atividade</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>	<i>% Acumulado</i>
Crédito	2	40,0	40,0
Assistencial	1	20,0	60,0
Mais de uma atividade	2	40,0	100
Total	5	100	

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Quanto ao âmbito de atuação dos programas e projetos sociais desenvolvidos pelas organizações pesquisadas, constatou-se que, 40% das OSCIP têm suas ações voltadas a um único município, 40% abrange o Estado da Paraíba e 20% desenvolve suas ações voltadas para a região Nordeste, conforme ilustra a tabela 6.

TABELA 6
Âmbito de atuação dos Programas/Projetos Sociais

<i>Âmbito de Atuação</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>	<i>% Acumulado</i>
Municipal	2	40,0	40,0
Estadual	2	40,0	80,0
Regional	1	20,0	100
Total	5	100	

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Com relação ao número de beneficiários diretos da organização, a tabela 7 revela que 20% das OSCIP têm suas ações desenvolvidas para um grupo de até 100 pessoas; 60% das organizações desenvolvem as suas ações para um grupo inserido no intervalo de 100 a 300 pessoas; 20% afirmam beneficiar diretamente uma quantidade acima de trezentas e até no máximo quinhentas pessoas.

TABELA 7
Número de Beneficiários diretos da organização

<i>Número de Beneficiários</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>	<i>% Acumulado</i>
Até 100 pessoas	1	20,0	20,0
Acima de 100 até 300 pessoas	3	60,0	80,0
Acima de 300 até 500 pessoas	1	20,0	100
Total	5	100	

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Quando questionados sobre o número de funcionários que integram o quadro das organizações, a pesquisa evidenciou que 60% das organizações informaram não possuir funcionários; 20% dispõem de até cinco colaboradores em seu quadro funcional. Aquelas que possuem acima de cinco até dez pessoas representam também 20% dos entrevistados (Tabela 8). De modo geral percebe-se que o número de funcionários é baixo, o que configura uma situação preocupante para o desenvolvimento das OSCIP, uma vez que dependem do trabalho dessas pessoas para atingirem suas finalidades. Uma das razões que poderia justificar essa realidade é falta de estrutura dessas OSCIP, observou-se na pesquisa de campo que a maioria das OSCIP não possui uma estrutura física que possa comportar recursos humanos.

TABELA 8
Número de Funcionários da Entidade

<i>Número de Funcionários</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>	<i>% Acumulado</i>
Até 5 funcionários	1	20,0	20,0
Acima de 5 até 10 funcionários	1	20,0	40,0
Não possui funcionários	3	60,0	100
Total	5	100	

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Quanto ao número de pessoas que prestam serviços voluntários às OSCIP, o estudo mostra que 60% das organizações não contam com a colaboração de voluntários; 20% dispõem, no

máximo, de até cinco voluntários. E outros 20% afirmaram contar com um intervalo de 10 até 15 voluntários (Tabela 9). A constatação desses dados revela uma realidade crítica para essas organizações, levando-se em conta que o trabalho voluntariado é de suma e vital importância para o engajamento da sociedade com a OSCIP.

Esses números contradizem os resultados evidenciados na pesquisa de Landim e Beres (1995) que apontam um número significativo de voluntários no Brasil, cerca de 16% da população acima de 18 anos. Entretanto, essa pesquisa corrobora com uma realidade não só do Semi-árido, mas do estado da Paraíba como todo, conforme dados da pesquisa de Albuquerque (2007) são verificados os números de pessoas envolvidas diretamente nas OSCIP do Estado da Paraíba.

Com relação ao voluntariado, verifica-se que 38,3% das OSCIP possuem até 10 voluntários fixos e 29,4% têm acima de 10 voluntários. No entanto, os voluntários eventuais apresentam os seguintes percentuais: 44,1% até 10 voluntários e 14,7% acima de 10. Entretanto, quando se cruza a resposta dos voluntários fixos e eventuais constata-se que a maior concentração do voluntariado é de até 10 voluntários representando 23,6%, convém ressaltar, entretanto, que 42,6% das OSCIP não possuem voluntários. Considerando a finalidade a que essas organizações se propõem esses resultados aportam uma situação preocupante, pois o número de pessoas envolvidas nas OSCIP pesquisadas no geral é muito baixo.

TABELA 9
Número de Voluntários da Entidade

<i>Número de Voluntários</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>	<i>% Acumulado</i>
Até 5 voluntários	1	20,0	20,0
Acima de 10 até 15 voluntários	1	20,0	40,0
Não possui voluntários	3	60,0	100
Total	5	100	

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Os resultados obtidos ao investigar o número de componentes do conselho apontam que 80% das OSCIP possuem até 5 pessoas e 20% possuem um número acima de dez e até quinze pessoas (Tabela10).

TABELA 10
Número de Componentes do Conselho

<i>Componentes do Conselho</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>	<i>% Acumulado</i>
Até 5 pessoas	4	80,0	80,0
Acima de 5 até 10 pessoas	1	20,0	100
Total	5	100	

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

A tabela 11 investiga as organizações quanto à missão definida. Os dados revelam que 40% das OSCIP pesquisadas possuem uma missão declarada, contudo, a maioria das organizações pesquisadas, 60% responderam não possuir uma missão definida. Esse fato expõe uma realidade questionável, uma vez que uma missão bem declarada e definida configura-se como uma importante fonte de estratégia de atuação e conseqüentemente de captação de recursos.

TABELA 11
Missão declarada da OSCIP

<i>Missão Declarada</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>	<i>% Acumulado</i>
Sim	2	40,0	40,0
Não	3	60,0	100
Total	5	100	

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Das entidades que afirmam possuir uma missão declarada, somente uma (01) declarou a missão, que relaciona-se com a promoção do desenvolvimento sustentável rural e urbano na região; nas áreas ambiental, educacional, cultural e socioeconômica.

A tabela 12 demonstra que nas OSCIP pesquisadas, a maior concentração de volume médio de recursos é de até R\$ 50.000 que corresponde a 60%, já 40% possuem uma movimentação de recursos anual de R\$ 100.000 a R\$ 300.000. Indicando um volume orçamentário de recursos baixos. Esse fato pode sinalizar a falta de infra-estrutura física e de recursos humanos dessas organizações, conforme verificado nas tabelas 08 e 09 relativas respectivamente a funcionários e voluntários.

TABELA 12
Faixa Orçamentária da Organização

<i>Faixa Orçamentária</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>	<i>% Acumulado</i>
Até 50.000	3	60,0	60,0
Acima de 100.000 até 300.000	2	40,0	100
Total	5	100	

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

3.2 Informações quanto à prestação de contas

Nesse grupo de questões foram descritos os seguintes itens quanto a prestação de contas: para quem a organização presta contas, quais agentes financiadores da OSCIP são mais exigentes em relação a prestação de contas, quais aspectos são considerados mais importantes pelo agentes financiadores na prestação de contas, divulgação das Demonstrações Contábeis, quais demonstrações são divulgadas, meios de divulgação.

A tabela 13 ilustra que a maioria das OSCIP, correspondente a 40%, prestam contas ao Governo, 20% prestam contas aos Doadores, igualmente 20% prestam contas a Comunidade em geral e outros 20% prestam contas a mais de um grupo de interesse, entre eles estão o governo e doadores.

Nesse sentido, fica evidente que a divulgação do ato de prestar contas ocorre mais pela obrigatoriedade de justificar o uso dos recursos recebidos ao agente financiador do que dar transparência e evidenciação das suas atividades.

TABELA 13
Prestação de Contas

<i>Prestação de contas</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>	<i>% Acumulado</i>
Governo	2	40,0	40,0
Doadores	1	20,0	60,0
Comunidade	1	20,0	80,0
Mais de um grupo de interesses	1	20,0	100
Total	5	100	

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

No tocante ao grau de exigência dos agentes financiadores em relação à prestação de contas, a pesquisa evidenciou que os agentes financiadores governo e doadores são

caracterizados como muito exigente, como exigente estão às empresas privadas e instituições financeiras. Conforme, quadro 2 e gráfico 01.

QUADRO 2
Agentes Financiadores da OSCIP que são mais exigentes na prestação de contas

	Governo	Empresas privadas	Instituições financeiras	Organizações internacionais	Doadores
Muito exigente	3	1	-	-	3
Exigente	-	1	1	-	2
Moderadamente exigente	-	-	-	-	-
Pouco exigente	-	-	-	-	-
Não é exigente	-	-	-	-	-
Não respondeu	2	3	4	5	-
Total	5	5	5	5	5

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

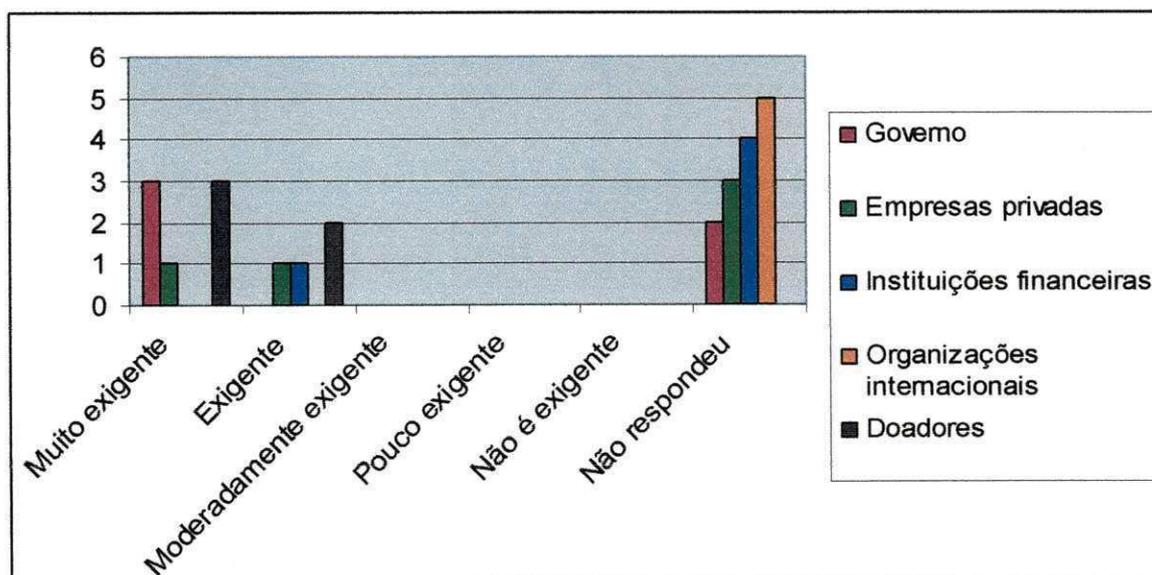


GRÁFICO 1 - Agentes Financiadores da OSCIP que são mais exigentes na prestação de contas
Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Com relação aos aspectos considerados mais importantes pelos agentes financiadores na prestação de contas das OSCIP, o quadro 3 evidencia que o número de beneficiados atingidos pelos programas e o desempenho financeiro na execução dos programas são considerados muito importantes. O desempenho operacional na execução dos programas aparece logo em seguida como importante e moderadamente importante.

QUADRO 3

Aspectos considerados mais importantes pelos agentes financiadores na prestação de contas das OSCIP.

	Numero de beneficiados atingidos pelo programa	Desempenho operacional na execução dos programas	Desempenho financeiro na execução dos programas
Muito importante	5	-	2
Importante	-	3	1
Moderadamente importante	-	1	1
Pouco importante	-	-	-
Sem importância	-	-	-
Não respondeu	-	1	1
Total	5	5	5

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

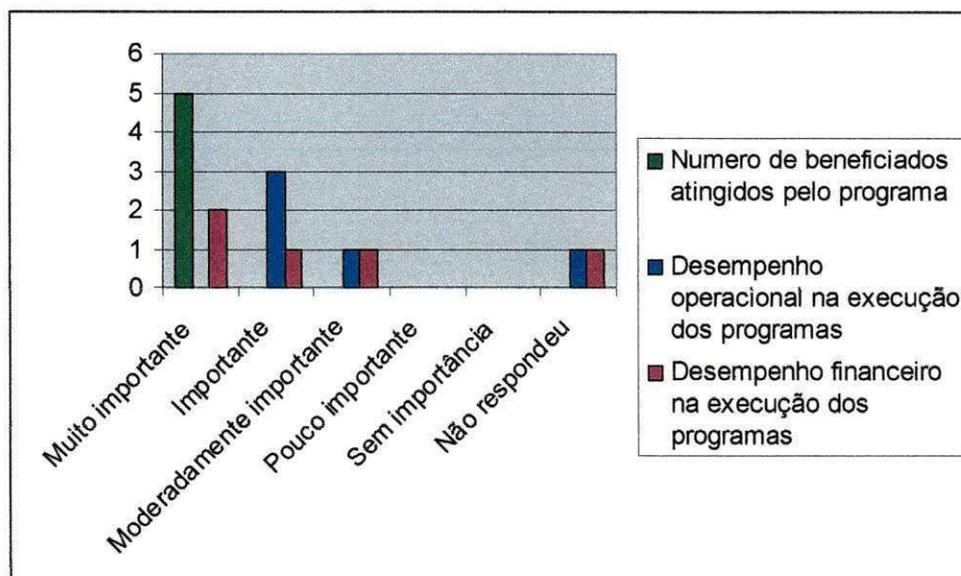


GRÁFICO 2 - Aspectos considerados mais importantes pelos agentes financiadores na prestação de contas das OSCIP.

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Ao investigar sobre a divulgação das Demonstrações Contábeis o estudo revela que a maioria das OSCIP pesquisadas, 60%, não divulga suas demonstrações, enquanto 40% afirmam divulgar (Tabela 14).

TABELA 14
A OSCIP divulga Demonstrações Contábeis

<i>Divulga demonstrações</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>	<i>% Acumulado</i>
Sim	2	40,0	40,0
Não	3	60,0	100
Total	5	100	

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Das OSCIP que divulgam suas informações contábeis, 40% optaram por divulgar o Balanço Patrimonial e 60% optaram não responderem a esse questionamento (Tabela 15).

TABELA 15
Quais demonstrações são divulgadas

<i>Quais Demonstrações</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>	<i>% Acumulado</i>
Balanço Patrimonial	2	40,0	40,0
Não respondeu	3	60,0	100
Total	5	100	

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Ainda com relação a divulgação das demonstrações contábeis, a tabela 16 apresenta os questionamentos quanto aos meios de divulgação das demonstrações, 40% informou fazer divulgação em outros meios, sendo esse especificado como "Na própria Entidade", 60% não respondeu ao questionamento.

TABELA 16
Quais meios de Divulgação

<i>Meios de divulgação</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>	<i>% Acumulado</i>
Outros	2	40,0	40,0
Não respondeu	3	60,0	100
Total	3	100	

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

A falta de divulgação das demonstrações contábeis das OSCIP do sertão da Paraíba configura-se como o não cumprimento do que determina a Lei 9.790/99 no seu Art. 4º parágrafo VII – alínea "b": que se dê publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento

do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das **demonstrações financeiras da entidade**, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão (grifo nosso).

Portanto, verifica-se que estas organizações deveriam dar publicidade de suas informações financeiras como forma de presta contas a sociedade do uso dos recursos financeiros de forma voluntária, entendendo que somente através da evidenciação de seus resultados a OSCIP pode realmente cumprir seu papel de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. No entanto, o que se identifica na pesquisa é que as OSCIP não conseguem cumprir o mínimo exigido pela legislação vigente.

3.3 Questões relativas aos recursos da organização

Como destacado no referencial teórico, os recursos nas organizações do Terceiro Setor são geralmente escassos, o que requer uma atenção especial. Nessa perspectiva, foram investigados aspectos como: formas de captação de recursos; planejamento estratégico, planejamento operacional; pessoas envolvidas; escrituração contábil e fatores relevantes.

Na tabela 17, pode-se observar que 40% das OSCIP captam seus recursos através de Termo de parceria, 20% usam Projetos, outros 20% participam de Concursos de projetos e mais 20% captam seus recursos com a arrecadação de Taxa de associados.

É interessante ressaltar nessa pesquisa que existe um percentual maior de OSCIP que captam recursos através do termo de Parceria. Este fator pode ser explicado pela prerrogativa que estas organizações possuem em firma termo de parceria, conforme discrimina o art. 9 da Lei 9.790/99 que:

fica instituído o Termo de Parceria, assim considerado o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público previstas no art. 3º desta Lei.

Portanto, a OSCIP é dentro das entidades sem fins lucrativos a única que pode firmar termo de parceria com o Poder Público.

TABELA 17
Formas de captação

	<i>Frequência</i>	<i>%</i>	<i>% Acumulado</i>
Projetos	1	20,0	20,0
Concursos de projetos	1	20,0	40,0
Termo de parceria	2	40,0	80,0
Taxa de associados	1	20,0	100
Total	5	100	

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Em relação ao planejamento estratégico, a pesquisa detectou que 60% das OSCIP possuem planejamento voltado para o Financeiro e Institucional; enquanto 20% dispõem de planejamento apenas para o financeiro e outros 20% admitem não possuir planejamento estratégico (Tabela 18).

TABELA 18
Planejamento estratégico

	<i>Frequência</i>	<i>%</i>	<i>% Acumulado</i>
Apenas para o financeiro	1	20,0	20,0
Financeiro e Institucional	3	60,0	80,0
A organização não possui planejamento estratégico	1	20,0	100
Total	5	100	

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Com relação às pessoas envolvidas no processo de formulação das estratégias, constatou-se que em 20% das organizações a formulação é feita apenas pelo Diretor/presidente, em 40% o processo é realizado pelo Diretor/Presidente e os membros do conselho, 20% respondeu que a formulação das estratégias é feita pelo Diretor/Presidente, membros do conselho funcionários e voluntários. Outros 20% não responderam a esse questionamento, conforme dispõe a tabela 19.

TABELA 19
Quais as pessoas envolvidas no processo de formulação das estratégias

<i>Pessoas envolvidas</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>	<i>% Acumulado</i>
Diretor presidente	1	20,0	20,0
Diretor/Presidente e membros do conselho	2	40,0	60,0
Diretor/Presidente, membros do conselho, funcionários e voluntários	1	20,0	20,0
Não respondeu	1	20,0	100
Total	5	100	

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Em relação ao planejamento operacional, o estudo apresentou que 40% das OSCIP possuem planejamento operacional para o Financeiro e Institucional; enquanto 20% dispõem de planejamento apenas para o financeiro, 20% admitem não possuir planejamento operacional e outros 20% não responderam a esse questionamento (Tabela 20).

TABELA 20
Existência de Planejamento operacional nas OSCIPs

<i>Planejamento operacional</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>	<i>% Acumulado</i>
Apenas para financeiro	1	20,0	20,0
Financeiro e Institucional	2	40,0	60,0
A organização não possui planejamento operacional	1	20,0	80,0
Não respondeu	1	20,0	100
Total	3	100	

Fonte: Dados da pesquisa, 2008

Quanto às Demonstrações Contábeis, foi investigado se as organizações possuem escrituração contábil de suas transações. A tabela 21 mostra que dentre as organizações pesquisadas, 60% responderam que sim, enquanto 40% responderam não possuir escrituração contábil. Fato que remonta preocupação e discrepância com o que determina a Lei 9.790/99, já que, para manter a qualificação como OSCIP as entidades precisam elaborar algumas demonstrações contábeis citadas anteriormente no referencial teórico.

TABELA 21
Existência de escrituração contábil

<i>Escrituração contábil</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>	<i>% Acumulado</i>
Sim	3	60,0	60,0
Não	2	40,0	100
Total	3	100	

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Em relação à utilização das Demonstrações Contábeis, foi verificado através da pesquisa que, dentre as organizações, 40% das OSCIP utilizam a informação contábil apenas para fins fiscais; 20% usam a informação contábil apenas para prestar contas aos financiadores; 20% utilizam a contabilidade apenas para o controle das operações da organização; enquanto 20% não responderam ao questionamento (Tabela 22).

TABELA 22
Finalidade das informações contábeis nas OSCIPs

<i>Informações</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>	<i>% Acumulado</i>
Para fins fiscais	2	40,0	40,0
Para prestar contas aos financiadores	1	20,0	60,0
Para controle das operações da organização	1	20,0	80,0
Não respondeu	1	20,0	100
Total	5	100	

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Com relação à frequência com que as informações contábeis são preparadas, a tabela 23 evidencia que 60% das entidades preparam suas informações mensalmente, enquanto 20% preparam suas informações trimestralmente. 20% Não responderam a esse questionamento.

TABELA 23
 Frequência da preparação das informações contábeis

<i>Frequência temporal</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>	<i>% Acumulado</i>
Mensalmente	3	60,0	60,0
Trimestralmente	1	20,0	80,0
Não respondeu	1	20,0	100
Total	5	100	

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Quando questionados sobre o grau de importância na definição de processos eficientes e eficazes nas OSCIP, a pesquisa revelou que todos os fatores em questão são tidos como Muito importante e Importante. Em destaque, estão economia de recursos e acompanhamento das atividades durante a execução dos projetos (Quadro 4).

QUADRO 4
 O que é mais importante na definição de processos eficientes e eficazes na OSCIP?

	Economia de Recursos	Atendimento ao número maior de beneficiados	Planejamento	Acompanhamento das Atividades durante a execução dos Projetos
Muito importante	4	3	3	4
Importante	1	2	2	5
Moderadamente importante	-	-	-	-
Pouco importante	-	-	-	-
Sem importância	-	-	-	-
Não respondeu				
Total	5	5	5	5

Fonte: Dados da pesquisa, 2008

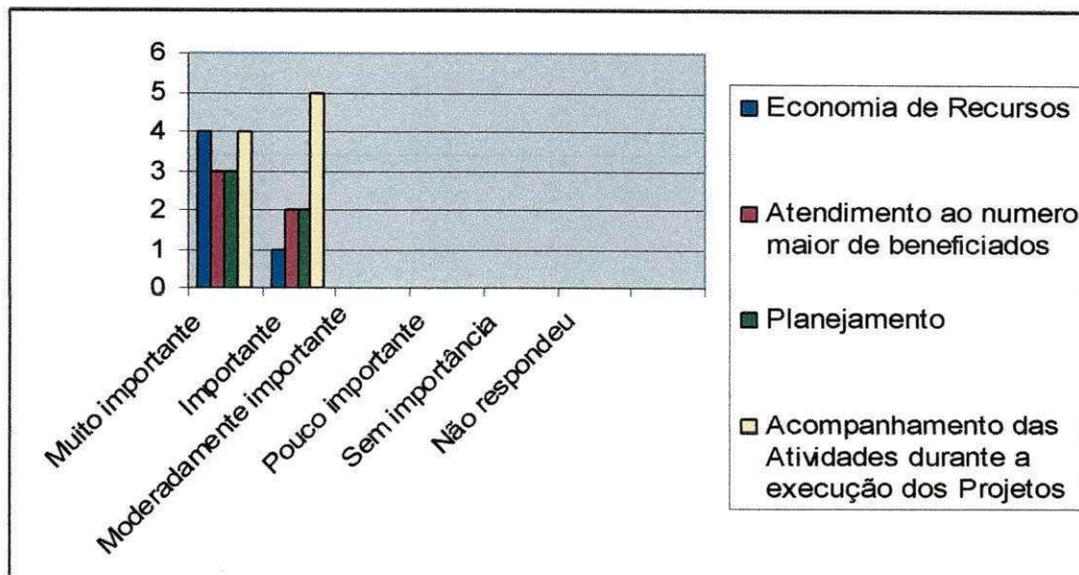


GRÁFICO 3 - O que é mais importante na definição de processos eficientes e eficazes na OSCIP?

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Em relação às quais fatores são mais importantes para a OSCIP conseguir sobreviver à competitividade e captar mais recursos para os seus projetos sociais. Quatro (4) dos respondentes afirmaram que Transparência, Ética e Projetos bem Delineados são Muito importantes, apresentando maior frequência entre os respondentes (Quadro 5).

QUADRO 5

Quais fatores são mais importantes para a OSCIP, conseguir sobreviver à competitividade e captar mais recursos para os seus projetos sociais?

	Transparência	Ética	Recursos Humanos Capacitados	Projetos bem delineados	Planejamento estratégico
Muito importante	4	4	2	4	2
Importante	1	1	3	1	2
Moderadamente importante	-	-	-	-	-
Pouco importante	-	-	-	-	-
Sem importância	-	-	-	-	1
Não respondeu					
Total	5	5	5	5	5

Fonte: Dados da Pesquisa, 2008.

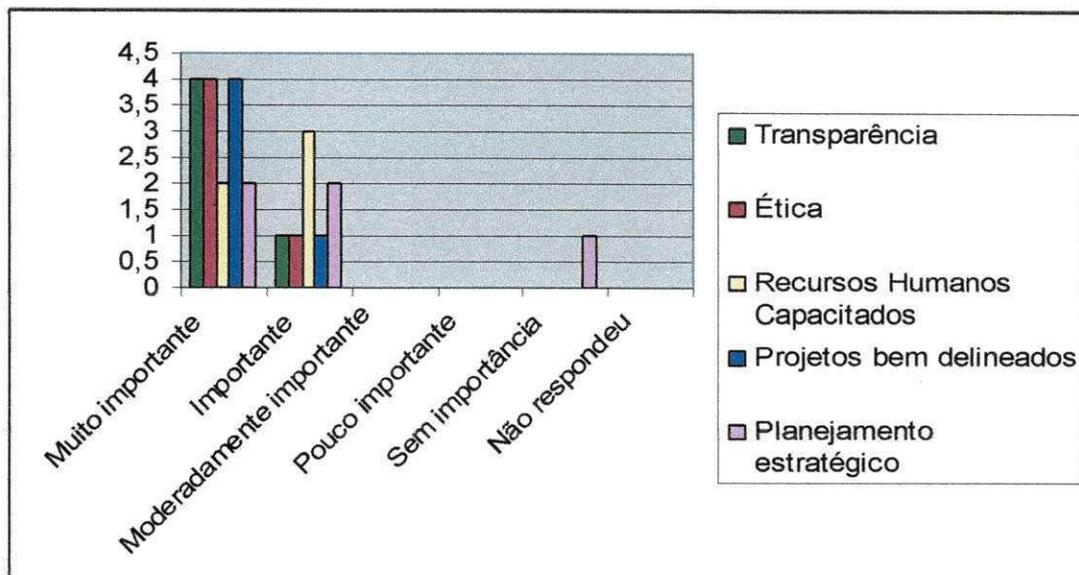


GRÁFICO 4 - Quais fatores são mais importantes para a OSCIP, conseguir sobreviver à competitividade e captar mais recursos para os seus projetos sociais?

Fonte: Dados da Pesquisa, 2008.

3.4 Questões referentes ao orçamento

Nesse item, são apresentados os resultados relacionados às questões ligadas à utilização do orçamento pelas OSCIPs. Foram pesquisados os seguintes aspectos: utilização e abrangência do orçamento; pessoas envolvidas no processo de aprovação e revisão do orçamento; comparação, atingimento e divulgação das metas e para quem são divulgadas, possibilidade de verificar alguma melhoria na gestão das organizações com a utilização do orçamento e quais são esses benefícios. Na tabela 24, visualiza-se que 40% dos entrevistados responderam utilizar o orçamento para todos os projetos, 20% responderam usar o orçamento apenas para os projetos mais importantes, 20% responderam fazer uso do orçamento apenas para alguns projetos e outros 20% afirmaram não fazer uso do orçamento.

TABELA 24
A organização utiliza orçamento

<i>Utiliza orçamento</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>	<i>% Acumulado</i>
Sim, para todos os projetos	2	40,0	40,0
Sim, mas apenas para os projetos mais importantes	1	20,0	60,0
Apenas para alguns projetos	1	20,0	80,0
Não utiliza	1	20,0	100
Total	5	100	

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

A tabela 25 evidencia que 40% das OSCIP têm orçamento com abrangência mensal, outros 40% tem orçamento com abrangência por etapas do projeto e 20% não responderam a essa questão.

TABELA 25
Qual a abrangência do orçamento

<i>Abrangência do orçamento</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>	<i>% Acumulado</i>
Mensal	2	40,0	40,0
Por etapas do projeto	2	40,0	80,0
Não respondeu	1	20	100
Total	5	100	

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

No questionamento quais as pessoas envolvidas no processo de aprovação do orçamento 80% dos respondentes afirmaram que são responsáveis pela sua aprovação Diretor/Presidente e membros do conselho e outros 20% responderam que apenas o Diretor/Presidente é responsável pela aprovação do orçamento (Tabela 26).

TABELA 26
Quais as pessoas envolvidas no processo de aprovação do orçamento

<i>Pessoas</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>	<i>% Acumulado</i>
Diretor/Presidente	1	20,0	20,0
Diretor/Presidente, membro do conselho	4	80,0	100
Total	5	100	

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Quanto à revisão do orçamento 60% das OSCIP pesquisadas afirmaram revisar o orçamento, enquanto 40% responderam não fazer uso dessa prática (Tabela 27).

TABELA 27
Revisão do orçamento

<i>Revisado</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>	<i>% Acumulado</i>
Sim	3	60,0	60,0
Não	2	40,0	100
Total	3	100	

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Com relação as pessoas envolvidas no processo de revisão do orçamento, das OSCIP que afirmaram revisar o orçamento 80% responderam que essa prática é realizada pelo Diretor/Presidente e os membros do conselho, outros 20% não responderam a esse questionamento (Tabela 28).

TABELA 28
Pessoas envolvidas no processo de revisão do orçamento

<i>Pessoas</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>	<i>% Acumulado</i>
Diretor/Presidente e membros do conselho	4	80,0	80,0
Não respondeu	1	20,0	100
Total	3	100	

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Quanto aos tipos de Orçamento que são elaborados pelas OSCIP, 20% informaram elaborar Orçamento Fluxo de Caixa, 20% informou elaborar Balanço Patrimonial orçado, igualmente, mais 20% informaram elaborar Orçamento de Custos, outros 20% todos os Orçamentos elencados acima e ainda 20% não respondeu a esse questionamento (Tabela 29).

TABELA 29
Tipos de Orçamento elaborados pela organização

<i>Tipos de Orçamento</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>	<i>% Acumulado</i>
Orçamento Fluxo de Caixa	1	20,0	20,0
Balço Patrimonial Orçado	1	20,0	40,0
Orçamento de Custos	1	20,0	60,0
Todos os Orçamentos Elencados	1	20,0	80,0
Não Respondeu	1	20,0	100
Total	5	100	

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Quando questionados se as metas estabelecidas pelo orçamento são comparadas, periodicamente, para verificar se estão de acordo com o planejado, 80% dos gestores responderam afirmativamente, enquanto apenas 20% responderam negativamente (Tabela 30).

TABELA 30
Estabelecimento de metas orçamentárias comparadas periodicamente

<i>Metas Comparadas</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>	<i>% Acumulado</i>
Sim	4	80,0	80,0
Não	1	20,0	100
Total	5	100	

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

No que diz respeito ao alcance das metas 60% dos respondentes afirmaram que conseguem atingir suas metas de 80 a 100%, enquanto 40% dos entrevistados afirmaram só conseguir atingir suas metas de 50 a 79% (Tabela 31).

TABELA 31
Atingimento de metas

<i>Faixas</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>	<i>% Acumulado</i>
De 50 a 79%	2	40,0	40,0
De 80 a 100%	3	60,0	100
Total	5	100	

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Ainda sobre as metas, foi questionado para quem as metas estabelecidas são divulgadas, nesse quesito observou-se que 60% das OSCIP divulgam suas metas para os membros do conselho, funcionários, voluntários e comunidade, outros 20% divulgam as metas também para os financiadores. 20% não responderam a esse questionamento (Tabela 32).

TABELA 32
Divulgação das metas estabelecidas

<i>Pessoas envolvidas</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>	<i>% Acumulado</i>
Para membros do conselho, funcionários, voluntários e comunidade	3	60,0	60,0
Para membros do conselho, funcionários, voluntários, comunidade e financiadores	1	20,0	80,0
Não respondeu	1	20,0	100
Total	5	100	

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Outra questão foi elaborada no sentido de examinar se as organizações verificaram alguma melhoria na gestão decorrente da utilização de técnicas orçamentárias. Nesse sentido a tabela 33 evidencia que 60% dos gestores responderam afirmativamente enquanto 20% responderam negativamente e outros 20% não soube informar.

TABELA 33
A utilização de técnicas orçamentárias permitiu alguma melhoria no processo de gestão da OSCIP?

<i>Melhorias</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>	<i>% Acumulado</i>
Sim	3	60,0	60,0
Não	1	20,0	80,0
Não sabe informar	1	20,0	100
Total	5	100	

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Com relação à questão de quais benefícios foram alcançados com a utilização de técnicas orçamentárias, 60% dos respondentes afirmaram obter projetos mais claros, facilitando o processo de captação de recursos como benefício principal, 20% informou que o orçamento possibilita conhecimento dos custos e diminuição de desperdício, outros 20% afirmaram que as técnicas orçamentárias auxiliam na prestação de contas (Tabela 34).

TABELA 34
Benefícios alcançados em virtude da utilização de técnicas orçamentárias

<i>Benefícios</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>	<i>% Acumulado</i>
Conhecimento dos custos e diminuição de desperdícios	1	20,0	20,0
Projetos mais claros, facilitando o processo de captação de recursos	3	60,0	80,0
Auxilia na prestação de contas	1	20,0	100
Total	5	100	

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

3.5 Aspectos Relativos à Medição de Desempenho Organizacional

Nessa fase, são apresentados os resultados relacionados às questões de desempenho organizacional das OSCIP. Nessa perspectiva, foram investigados se a organização mede o desempenho organizacional, quais os resultados avaliados, quem participa dessa análise, quais os grupos e indicadores de medidas de desempenho utilizados.

A tabela 35 evidencia que 80% das OSCIP medem o seu desempenho organizacional, enquanto 20% não medem.

TABELA 35
A OSCIP mede sistematicamente o desempenho organizacional?

<i>Desempenho</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>	<i>% Acumulado</i>
Sim	4	80,0	80,0
Não	1	20,0	100
Total	5	100	

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Com relação às quais resultados são avaliados pela organização 60% dos gestores responderam que para cada projeto, a OSCIP estabelece metas para todas as áreas, em contra partida 40% responderam que a organização não avalia seus resultados (Tabela 36).

TABELA 36
Quais resultados são avaliados pela organização

<i>Resultados</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>	<i>% Acumulado</i>
Para cada projeto, a OSCIP estabelece metas para todas as áreas	3	60,0	60,0
A organização não avalia seus resultados	2	40,0	40,0
Total	5	100	

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Quando questionados sobre quem participa da análise dos resultados 20% responderam ser os funcionários, voluntários e representante da comunidade, outros 20% acrescentaram os membros do conselho, igualmente, 20% afirmou participar da análise dos resultados apenas os funcionários mais qualificados. 40% das OSCIP pesquisadas não responderam a esse questionamento (Tabela 37).

TABELA 37
Pessoas envolvidas na participação da análise dos resultados

<i>Pessoas envolvidas</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>	<i>% Acumulado</i>
Membros do conselho, funcionários, voluntários e representante da comunidade	1	20,0	20,0
Funcionários, voluntários e representante da comunidade	1	20,0	20,0
Funcionários mais qualificados	1	20,0	100
Não respondeu	2	40,0	100
Total	5	100	

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Com relação aos grupos de medidas de desempenho utilizados, a tabela 38 aponta que 20% das OSCIP fazem uso do financeiro, outros 20% usam como medida de desempenho a qualidade, outros 20% elencam ainda todas as medidas de desempenho citadas, são elas: financeiras, mercado, fornecedores, clientes primários e secundários, qualidade, clima organizacional e treinamento de funcionários.

TABELA 38
Utilização dos grupos de medidas de desempenho

<i>Grupos</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>	<i>% Acumulado</i>
Financeiros	1	20,0	20,0
Qualidade	1	20,0	40,0
Não respondeu	2	40,0	80,0
Todas as medidas de desempenho	1	20,0	100
Total	5	100	

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

O último questionamento da pesquisa refere-se a quais indicadores de desempenho são usados pelas OSCIP para avaliar sua performance. Nesse sentido, evidenciou-se que os indicadores: Índice de Modificação de Projeto, Avaliação de fornecedores, Retrabalho, Índice de treinamento, Composição de Endividamento e a opção "Outros Indicadores" não foram utilizados por nenhuma das OSCIP pesquisadas.

Os indicadores: Percentual das Metas do Programa Concluído, Percentual de conclusão dos projetos na data programada, Produtividade global do projeto e Fluxo de caixa são utilizados por dois dos gestores.

Os indicadores de desempenho: Satisfação dos Doadores/Financiadores, Número de beneficiados com o programa, Satisfação dos beneficiados, Percentual das despesas com funcionários/voluntários e Percentual do faturamento aplicado na aquisição de ativos são utilizados por três OSCIPs. Por último os indicadores Custo total do projeto e Eficiência dos procedimentos são utilizados apenas por uma das OSCIP (Quadro 6).

QUADRO 6

Quais os indicadores de desempenho utilizados atualmente para avaliar a sua performance?

Indicador	Sim	Não	Total
Percentual das metas do programa concluído	2	3	5
Índice de modificação de projeto	-	5	5
Avaliação de fornecedores	-	5	5
Percentual de conclusão dos projetos na data programada	2	3	5
Produtividade global do projeto	2	3	5
Retrabalho	-	5	5
Satisfação dos doadores/financiadores	3	2	5
Número de beneficiados com o programa	3	2	5
Satisfação dos beneficiados	3	2	5
Índice de treinamento	-	5	5
Custo total do projeto	1	4	5
Percentual das despesas com funcionários/voluntários	3	2	5
Eficiência dos procedimentos	1	4	5
Percentual do faturamento aplicado na aquisição de ativos	3	2	5
Fluxo de caixa	2	3	5
Composição de endividamento	-	5	5
Outros indicadores	-	5	5

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar se o orçamento é utilizado como ferramenta de gestão financeira Nas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) do semi-árido da Paraíba. Para tal, utilizou-se uma pesquisa de campo com aplicação de um questionário nas entidades que fizeram parte da amostra.

Vale ressaltar a impossibilidade de localização de algumas OSCIP componente do cadastro do Ministério da Justiça por motivo de não serem encontradas no endereço disponível por aquele órgão. Fato este que merece atenção e maior controle por parte dos encarregados de realizar a efetiva fiscalização nessas organizações.

Através da análise dos resultados, pode-se constatar que:

- 60% dos gestores das OSCIPs do Semi-árido da Paraíba possuem nível escolar compatível a pós-graduação, sendo 100% com nível superior ocorrência que deveria revelar uma melhor aplicação de conceitos de ferramentas gerenciais no processo de formulação e execução orçamentária nas entidades pesquisadas. Fato não constatado nesta pesquisa.
- 40% das OSCIPs em análise informaram que fazem sua prestação de contas mais direcionada para o Governo. Denota-se através desse dado, que a realização da prestação de contas é feita por uma imposição coercitiva de lei, até mesmo por uma questão de manter sua qualificação como OSCIP.
- 60% dos respondentes informaram que possuem escrituração contábil em suas transações. Cabe-se questionar como os outros 40% que afirmaram não realizar escrituração contábil, conseguem se manter na qualidade de OSCIP, uma vez que a elaboração das demonstrações contábeis é pré-requisito para manter a qualificação como OSCIP.
- Apenas 40% da amostra responderam utilizar o orçamento de uma maneira geral, como instrumento de organização financeira, os outros 60% fazem uso do orçamento apenas em projetos importantes ou não o utilizam.
- 60% das OSCIPs reconheceram que foram alcançadas melhorias no processo de gestão advindas da utilização de técnicas orçamentárias que resultaram em benefícios alcançados pelas organizações, dentre eles Projetos mais claros, facilitando o processo de captação de recursos. Esse dado reflete que essas entidades assimilam a importância do orçamento como ferramenta na captação de recursos.

- 80% das OSCIP medem o seu desempenho organizacional, enquanto 20% não medem. Verificou-se que os indicadores de desempenho utilizados por essas OSCIPs são na sua maioria indicadores não financeiros, como: Percentual das Metas do Programa Concluído, Percentual de conclusão dos projetos na data programada, Satisfação dos Doadores/Financiadores, Número de beneficiados com o programa, Satisfação dos beneficiados.

A partir da apresentação dos dados acima subscritos, pode-se afirmar que a maior parte das OSCIP do semi-árido da Paraíba faz uso do orçamento apenas para prever os gastos dos seus projetos. Contudo, os gestores não utilizam o orçamento no processo de captação de recursos financeiros, muito menos no processo de gestão para tomada de decisão.

Nessa percepção, a pesquisa sugere que as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público passem a fazer uso do orçamento, conjuntamente com os relatórios contábeis, para desempenhar uma gestão financeira mais adequada, auxiliando no processo de prestação contas e evidenciação, possibilitando assim maior transparência, credibilidade e sustentabilidade a essas Organizações.

REFERÊNCIAS

ABONG. **Manual de administração jurídica, contábil e financeira para organizações não-governamentais**. São Paulo: Peirópolis, 2003.

ALBUQUERQUE, Lúcia Silva. **O Nível de Evidenciação das Informações Contábeis geradas pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP do Estado da Paraíba**. Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília. João Pessoa: 2007.

ALMEIDA, Cíntia de. **O orçamento como ferramenta para a gestão de recursos financeiros no terceiro setor: um estudo nas organizações do estado do Rio Grande do Norte**. Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília. Natal: 2007.

ARAÚJO, Osório Cavalcanti. **Contabilidade para organizações do Terceiro Setor**. São Paulo: Atlas, 2005.

BRASIL. IBGE. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2005/fasfil.pdf>>. Acesso em 10. out. 2008.

_____. **Código Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm>. Acesso em: 10 nov. 2008.

_____. **Lei Nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976**: Dispõe sobre as sociedades por ações. Lei das Sociedades por Ações. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

_____. **Lei Nº. 9.790, de 23 de março de 1999**: Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em 02. Set. 2008.

_____. **Lei Nº. 9.249, de 26 de dezembro de 1995**: Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em 15. Set. 2008.

_____. **Lei Nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007**: Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em 27. Out. 2008.

_____. **Decreto Nº. 3.100, de 30 de junho de 1999:** Regulamenta a Lei no 9.790, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em <<https://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em 02. Set. 2008.

_____. Conselho Federal de Contabilidade. **Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social.** 2 ed. reimpr. Brasília: CFC, 2008.

_____. _____. **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade/ Conselho Federal de Contabilidade.** Brasília: CFC, 2006.

COELHO, Simone de Castro Tavares. Terceiro Setor. **Um Estudo Comparado ente Brasil e Estados Unidos.** São Paulo: SENAC, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **O Dicionário da Língua Portuguesa.** 3. ed. São Paulo: Positivo Editora, 2004.

FISCHER, Rosa Maria e FISCHER, André Luiz. O dilema das ONG's. In: Encontro Anual ANPAD, 18. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 1994.

FREZATTI, Fábio. **Orçamento empresarial: planejamento e controle gerencial.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável as demais sociedades.** 6. ed. Ver. E atual. São Paulo: Atlas, 2003.

LANDIM, Leilah e BERES, Neide. **As Organizações sem Fins Lucrativos no Brasil: Ocupação, Despesas e Recursos.** Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999.

LUNKES, Rogério João. **Manual de orçamento.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo do. **Contabilidade para Entidades Sem Fins Lucrativos: Terceiro Setor.** São Paulo: Atlas, 2006.

PEREIRA, Helda Kelly dos Santos e LEITE, Francisco Tarciso. A gestão participativa nas organizações do terceiro setor: um estudo de caso. **Rev. Cent. Ciênc. Admin.** Fortaleza, v. 11, n. especial, p. 31-40. 2005. Disponível em: <<http://www.unifor.br/notitia/file/1475.pdf>> Acesso em: 24 out. 2008.

REGULES, Luis Eduardo Patrone. **Terceiro Setor: regime Jurídico das Oscip.** São Paulo: Método, 2006.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações não governamentais e terceiro setor: criação de ONGs e estratégia de atuação.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

TENÓRIO, Fernando G. org. **Gestão de ONGs:** principais funções gerenciais. 10. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

YOUNG, Lúcia Helena Briski. **Entidades sem fins lucrativos:** Imunidade e isenção tributária – Resumo prático. Curitiba: Juruá, 2007.

WELSCH, Gelenn Albert. **Orçamento Empresarial.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
Lei 9.637/88

APÊNDICE A

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Universidade Federal de Campina Grande
Centro de Ciências Jurídicas e Sociais
Campus de Sousa
Coordenação Administrativa da UACC

**Prezado Gestor (a)**

Sua organização foi selecionada, através do cadastro no Site do Ministério da Justiça, para participar de uma pesquisa que tem por objetivo verificar a utilização do orçamento como ferramenta de gestão financeira.

O instrumento de pesquisa será um questionário, apresentado em seguida, e suas respostas permitirão elaborar um diagnóstico sobre a utilização do Orçamento no processo de Gestão de recursos financeiros nas OSCIP do Sertão da Paraíba. Esta pesquisa cumprirá parte dos requisitos para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso da estudante Laryssa Santana Gonçalves do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sousa sob a orientação da Profª MsC. Lúcia Silva Albuquerque.

Por se tratar de um trabalho acadêmico, fica completamente garantido o sigilo das suas respostas e nenhuma entidade será identificada na pesquisa. Os resultados serão analisados de forma consolidada.

Agradecemos sua colaboração e gostaríamos de enfatizar que sua participação é muito importante para o desenvolvimento de pesquisas no âmbito das Organizações Não-Governamentais.

Laryssa Santana Gonçalves – (83) 88757017 – laryssa_contab@hotmail.com
Profª MsC. Lúcia Silva Albuquerque – (83) 93128155 –
luciasalbuquerque@gmail.com

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

ORÇAMENTO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS NO TERCEIRO SETOR: Um estudo nas OSCIP do sertão da Paraíba.

1. DADOS DO GESTOR

1.1 Função exercida na organização

- Presidente Administrador
 Integrante do conselho Contador
 Outros: (especificar) _____

1.2 Grau de instrução

- Ensino Fundamental Ensino Médio
 Ensino Superior Pós-Graduado

1.3 Área de formação profissional

- Administração Contabilidade
 Serviço Social Pedagogia Outras: (especificar) _____

2. PERFIL DA ORGANIZAÇÃO

2.1 Tempo de existência da Organização

- Até 5 anos
 Acima de 5 e até 10 anos
 Acima de 10 e até 15 anos
 Acima de 15 anos

2.2 Área de atividade da OSCIP

- Educação e pesquisa Saúde
 Meio-ambiente Direitos humanos
 Cultura e recreação Crédito
 Assistencial
 Outras (especificar): _____
 Mais de uma atividade

2.3 Âmbito de atuação dos programas/projetos sociais

- Municipal Estadual
 Regional Nacional
 Internacional.

2.4 Número de beneficiários diretos da organização

- Até 100 pessoas Acima de 100 até 300 pessoas
 Acima de 300 até 500 pessoas Acima de 500 pessoas

2.5 Número de funcionários e voluntários da entidade

_____ funcionários
_____ voluntários

2.6 Número de componentes do Conselho

- Até 5 pessoas Acima de 5 até 10 pessoas
 Acima de 10 até 15 pessoas Acima de 15 pessoas

2.7 A OSCIP possui uma "Missão" declarada?

- Sim Não

2.8 Caso a resposta seja afirmativa, qual é a missão?

2.9 Faixa orçamentária anual da organização

- Até R\$ 50.000,00
 Acima de R\$ 50.000,00 até R\$ 100.000,00
 Acima de R\$ 100.000,00 até R\$ 300.000,00
 Acima de R\$ 300.000,00 até R\$ 500.000,00
 Acima de R\$ 500.000,00

3. INFORMAÇÕES QUANTO A PRESTAÇÃO DE CONTAS

3.1 Para quem a Organização presta contas?

- Governo Agências de Cooperação
 Doadores Comunidade
 Outros. (Especificar) _____
 Mais de um grupo de interesse

3.2 Agentes financiadores da OSCIP são mais exigentes em relação à "prestação de contas" dos recursos investidos? (atribua notas de 1 a 5 segundo a seguinte legenda:

5 = muito exigente; 4 = exigente; 3 = moderadamente exigente; 2 = pouco exigente;
 1 = não é exigente)

- Governo Empresas privadas
 Instituições Financeiras Organizações Internacionais
 Doadores

3.3 Quais aspectos são considerados mais importantes pelos "agentes financiadores" na prestação de contas das OSCIPs (atribua notas de 1 a 5 segundo a seguinte legenda:

5 = muito importante; 4 = importante; 3 = moderadamente importante; 2 = pouco importante; 1 = sem importância)

- número de beneficiados atingidos pelos programas
 desempenho operacional na execução dos programas (realização das atividades)
 desempenho financeiro na execução dos programas (custos/despesas incorridas nos programas)

3.4 A OSCIP divulga demonstrações contábeis? (caso a resposta seja negativa pular para a questão 4.1)

- Sim Não

3.5 Quais demonstrações são divulgadas?

- Balanço Patrimonial
 Demonstração de Resultados
 Fluxos de Caixa
 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos
 Balanço Social
 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 Notas explicativas dos demonstrativos contábeis

3.6 Quais os meios de divulgação utilizados?

- Internet
 Jornais
 Outros. (Especificar) _____

4. QUESTÕES RELATIVAS AOS RECURSOS DA ORGANIZAÇÃO

4.1 Formas de captação

- Projetos
- Concurso de projetos
- Termo de Parceria
- Taxas de associados
- Outras (especificar): _____

4.2 A Organização possui planejamento estratégico (longo prazo)?

- Apenas para o Financeiro
- Apenas para o Institucional
- Financeiro e Institucional
- Outros (especificar): _____
- A organização não possui planejamento estratégico

4.3 Quais as pessoas envolvidas no processo de formulação das estratégias?

- Diretor/Presidente
- Diretor/Presidente e os membros do conselho
- Diretor/Presidente, membros do conselho, funcionários e voluntários
- Diretor/Presidente, membros do conselho, funcionários, voluntários e comunidade interessada nos trabalhos da entidade.
- Outros. (Especificar) _____

4.4 A Organização possui planejamento operacional (curto prazo)?

- Apenas para o Financeiro
- Apenas para o Institucional
- Financeiro e Institucional
- Outros (especificar): _____
- A organização não possui planejamento operacional

4.5 A organização possui escrituração contábil de suas transações? (caso a resposta seja negativa pular para a questão 4.8)

- Sim Não

4.6 Como utilizam as informações contábeis?

- Para fins fiscais
- Para prestar contas para os financiadores
- Para o controle das operações da organização
- Outros. (Especificar) _____

4.7 Com que frequência são preparadas as informações contábeis?

- Mensalmente
- Trimestralmente
- Semestralmente
- Anualmente

4.8 O que é mais importante na definição de processos eficientes e eficazes nas OSCIP? (atribua notas de 1 a 5 segundo a seguinte legenda: 5 = muito importante; 4 = importante; 3 = moderadamente importante; 2 = pouco importante; 1 = sem importância)

- economia de recursos
- atendimento a um maior número de beneficiados
- planejamento
- acompanhamento das atividades durante a execução dos projetos

4.9 Em sua opinião, quais fatores são mais importantes para as OSCIP conseguirem sobreviver à competitividade e captar mais recursos para seus projetos sociais?

- (atribua notas de 1 a 5 segundo a seguinte legenda: 5 = muito importante; 4 = importante; 3 = moderadamente importante; 2 = pouco importante; 1 = sem importância)
- Transparência (prestação de contas)
 - Ética
 - Recursos humanos capacitados

- Projetos bem delineados
- Planejamento estratégico

5. QUESTÕES REFERENTES AO ORÇAMENTO

5.1 A organização utiliza orçamento?

- Sim, para todos os projetos;
- Sim, mas apenas para os projetos mais importantes;
- Apenas para alguns projetos
- No processo de formulação de estratégias
- Na gestão dos recursos
- Não utiliza

5.2 Qual a abrangência do orçamento?

- Anual Semestral Trimestral
- Mensal Por Etapas do projeto

5.3 Quais as pessoas envolvidas no processo de aprovação do orçamento?

- Diretor/Presidente
- Diretor/Presidente e os membros do conselho
- Diretor/Presidente, membros do conselho, funcionários e voluntários
- Diretor/Presidente, membros do conselho, funcionários, voluntários e comunidade interessada nos trabalhos da entidade.
- Outros. (Especificar) _____

5.4 O orçamento é revisado? (caso a resposta seja negativa pular para a questão 5.7)

- Sim Não

5.5 Quais as pessoas envolvidas no processo de revisão do orçamento?

- Diretor/Presidente
- Diretor/Presidente e os membros do conselho
- Diretor/Presidente, membros do conselho, funcionários e voluntários
- Diretor/Presidente, membros do conselho, funcionários, voluntários e comunidade interessada nos trabalhos da entidade.
- Outros. (Especificar) _____

5.6 Quais os tipos de orçamentos que são elaborados pela Organização?

- Orçamento Fluxo de Caixa Balanço Patrimonial Orçado
- Orçamento de Receita Orçamento de Investimento
- Orçamento de Custos Orçamento de Projetos
- Outros. (Especificar) _____

5.7 As metas estabelecidas pelo orçamento são comparadas, periodicamente, para verificar se estão de acordo com o planejado?

- Sim Não

5.8 As metas são atingidas?

- Em menos de 30%
- De 30 a 49 %
- De 50% a 79 %
- De 80% a 100%

5.9 Essas metas estabelecidas pela organização são divulgadas:

- Somente para os membros do conselho
- Para os membros do conselho, funcionários e voluntários;
- Para os membros do conselho, funcionários, voluntários e comunidade interessada nos trabalhos da entidade;

- () Para os membros do conselho, funcionários, voluntários, comunidade interessada nos trabalhos da entidade e para os doadores / financiadores;
 () Não há divulgação.

5.10 A utilização de técnicas orçamentárias permitiu alguma melhoria no processo de gestão da OSCIP?

- () Sim
 () Não
 () Não sabe informar

5.11 Quais benefícios foram alcançados?

- () Melhor direcionamento na gestão dos recursos
 () Conhecimento dos custos e diminuição de desperdícios
 () Poder priorizar recursos para atividades mais urgentes ou mais importantes
 () Projetos mais claros, facilitando o processo de captação de recursos
 () Auxilia na prestação de contas
 () Outros. (Especificar) _____

6. ASPECTOS RELATIVOS À MEDIÇÃO DE DESEMPENHO ORGANIZACIONAL

6.1 A OSCIP mede sistematicamente o desempenho organizacional?

- () Sim () Não

6.2 Quais resultados são avaliados pela organização?

- () Avalia os resultados da organização e dos projetos separadamente por meio de indicadores de desempenho criados para cada um.
 () Para cada projeto, a organização estabelece metas para todas as áreas (humana, financeira e operacional) e as compara com os resultados obtidos;
 () A organização não avalia seus resultados;
 () _____

6.3 Quem participa da análise dos resultados (internos e externos)?

- () Membros do conselho;
 () Consultoria;
 () Funcionários e voluntários e representantes da comunidade;
 () Funcionários mais qualificados.
 () Outros

6.4 Quais os grupos de medidas de desempenho são utilizados?

- () Financeiras; () Mercado;
 () Fornecedores; () Clientes primários e secundários
 () Qualidade () Clima organizacional
 () Treinamento de funcionários

6.5 Quais os indicadores de desempenho utilizados atualmente para avaliar a sua performance?

Indicador	Utiliza
1. Percentual das metas do programa concluído.	()
2. Índice de modificação de projeto	()
3. Avaliação de fornecedores	()
4. Percentual de conclusão dos projetos na data programada	()
5. Produtividade global do projeto	()
6. Retrabalho	()
7. Satisfação dos doadores/financiadores	()
8. Número de beneficiados com o programa	()
9. Satisfação dos beneficiários	()

10. Índice de treinamento	()
11. Custo total do projeto	()
12. Percentual das despesas com funcionários/voluntários	()
13. Eficiência dos procedimentos	()
14. Percentual do faturamento aplicado na aquisição de ativos	()
15. Fluxo de caixa	()
16. Composição de endividamento	()
17. Outros indicadores	()